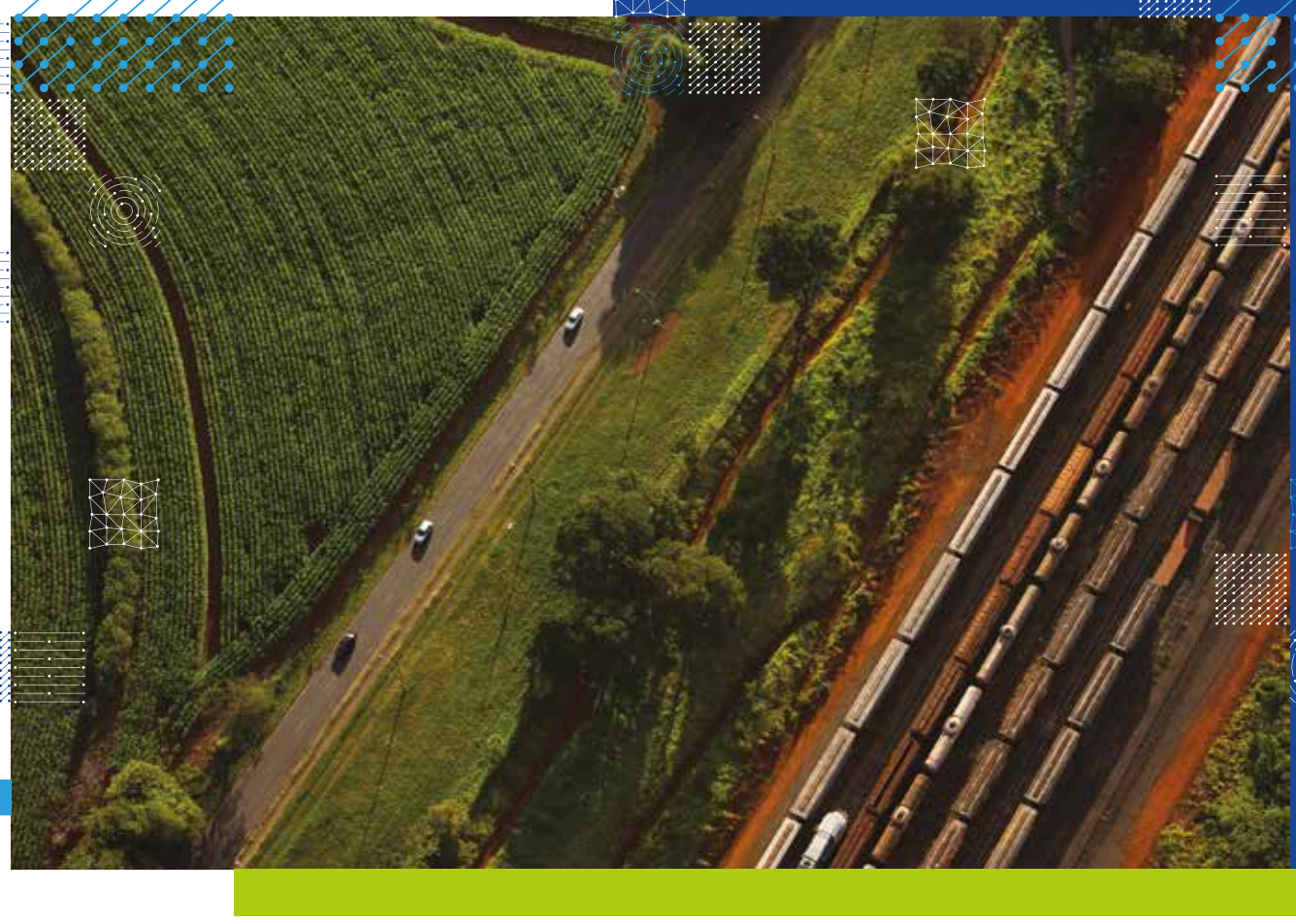
COPERSUCAR

COPERSUCAR S.A.
CNPJ 10.265.949/0001-77

WWW.COPERSUCAR.COM.BR



Demonstrações Financeiras
SAFRA 2015-2016

Mensagem da Administração

Em um cenário de grandes oscilações nos mercados globais e de instabilidade continuada no ambiente interno, com a combinação de uma recessão econômica e de crise política prolongadas, a Copersucar encerrou o Ano Safra 2015-2016 com a convergência de sinais positivos nos principais mercados em que atua e no seu desempenho econômico-financeiro. Ao mesmo tempo em que presenciamos a tendência de recuperação consistente nos preços internacionais do açúcar, após um prolongado ciclo de baixa, vimos o etanol recuperar parcela de seu espaço no mercado de combustíveis no País e ganhar novo valor estratégico dentro das discussões sobre as mudanças climáticas, graças ao seu potencial de mitigar a emissão de gases de efeito estufa, em substituição ao combustível fóssil.

Já o desempenho da Companhia reuniu um conjunto de indicadores positivos, que só não foram mais expressivos pelas adversidades que persistem no quadro econômico brasileiro, como um todo, e no setor sucroenergético, em particular, tais como a persistência das taxas de juros em patamares elevados, a contração econômica generalizada, a restrição dos investimentos na produção e na infraestrutura logística, entre outros. Nesse cenário, a Copersucar obteve uma receita consolidada de R$ 26,3 bilhões (crescimento de 25% em relação ao ano anterior), retomou a lucratividade em seus resultados financeiros, ainda que abaixo de seu potencial, e reduziu em 28% (R$ 435 milhões) o endividamento líquido.

Se o exercício anterior pôde ser compreendido como um período de transição, ao logo do qual consolidamos fundamentos importantes para a sustentação do nosso crescimento, o exercício encerrado em 31 de março de 2016 preparou a Copersucar para o início de um novo ciclo estratégico, agora contando com um portfolio de participações societárias que lhe reforça o posicionamento de liderança internacional nos principais mercados de seus produtos: o açúcar, por meio da trading global Alvean Sugar, joint-venture formada em outubro de 2014, em sociedade com a Cargill, e a Eco-Energy, comercializadora e operadora logística de biocombustíveis na América do Norte, adquirida em 2012 e da qual a Copersucar detém 77% de participação.

Em seu primeiro exercício integral, a Alvean demonstrou sua força de atuação no mercado de açúcar e cumpriu sua vocação como referência na movimentação global da commodity. De um lado, na originação, conquistando crescente participação na compra do açúcar não só no Brasil, mas também nos demais mercados produtores. De outro fronte, no destino, ampliando presença no suprimento do produto para as principais refinarias do mundo.

Já a Eco-Energy, além de reforçar o posicionamento da Copersucar nos Estados Unidos - principal mercado de biocombustível do mundo -, tem demonstrado grande consistência de resultados, ao longo dos três anos sob o controle da Copersucar. No exercício, a Eco-Energy teve crescimento significativo de volumes comercializados, e hoje representa 47% do faturamento consolidado da Copersucar. Juntas, as empresas responderam em 2015 por 11,5% de toda a comercialização de etanol no mundo, um volume equivalente a 13,5 bilhões de litros.

Também no âmbito das operações diretas, compreendidas pela comercialização de açúcar e etanol no mercado brasileiro e por serviços de logística, a Copersucar colheu os frutos do crescimento de volume de vendas no mercado doméstico de etanol e de açúcar, este voltado para atendimento do segmento industrial, e dos investimentos realizados em sua infraestrutura logística, com maior utilização de seus ativos. O Terminal Açucareiro Copersucar (TAC), no Porto de Santos (SP), superou sua marca histórica no período, com 6,2 milhões de toneladas de produtos embarcados. O TAC opera hoje em condições e sistemas operacionais mais eficientes e produtivos e com mecanismos de prevenção e segurança dentro dos melhores padrões de mercado.

Outro importante ativo logístico em nossa estrutura, o Terminal de Etanol Copersucar (TCE), em Paulínia (SP), teve sua interligação com a Refinaria de Paulínia concluída, e agora conta com plena capacidade, tanto de armazenagem quanto de transbordo de etanol, permitindo a sua integração ao sistema da Logum Logística S.A., da qual a Copersucar é acionista.

É imperioso destacar, ainda, a crescente valorização do etanol nas discussões sobre o futuro da economia global, da sociedade e do planeta. E particularmente desafiador, entre os desdobramentos da recente Conferência do Clima em Paris (COP-21), ver o Brasil assumir metas de desempenho que irão demandar um salto considerável na produção do combustível limpo e de fontes renováveis fornecido pelos canaviais: de cerca de 28 bilhões de litros, hoje, para 50 bilhões de litros, em 2030. Esse compromisso confirma o imenso potencial de contribuição do nosso País para o esforço de mitigação do aquecimento global e, tão ou ainda mais importante, confere ao setor produtivo o indispensável respaldo à discussão, com o governo, de políticas públicas que venham ao encontro de meta tão premente.

A par dessa expectativa igualmente necessária e ambiciosa, no âmbito global, preparamo-nos internamente para a maturação dos investimentos feitos nas participações societárias e na infraestrutura logística, bem como no fortalecimento de nossos processos operacionais e de gestão, de modo a capturar ganhos estruturais consistentes nos próximos exercícios, dentro de um novo ciclo de desenvolvimento da nossa organização. Os pilares intangíveis dessa construção são as pessoas que trabalham para o crescimento da Companhia, o fortalecimento das relações de negócio com os fornecedores e clientes, e o suporte de nossos acionistas, sem os quais a existência da Copersucar não teria sido possível. É com essa convicção que agradecemos o contínuo apoio de nossos funcionários, acionistas e parceiros de negócio.

Com essa rede colaborativa, a Copersucar continuará empenhada em sua missão de nutrir e mover a vida, criando valor para o negócio de forma sustentável e em benefício dos elos de sua cadeia de valor e da sociedade como um todo.

Luís Roberto Pogetti
Presidente do Conselho de Administração

1 - ANÁLISE SETORIAL

Em que pese a gravidade da crise econômica enfrentada há anos por muitas das empresas da indústria da cana-de-açúcar, na Safra 2015/2016 há evidentes sinais de melhora na conjuntura do setor, sobretudo depois da reação dos preços internacionais do açúcar, indicando o fim do prolongado ciclo de baixa, e do crescimento da demanda interna por etanol, com a recuperação de sua competitividade frente à gasolina.

No mercado de açúcar, a tendência é de déficit de produção mundial frente ao consumo, o que eleva a demanda e contribui para a recuperação dos preços, favorecendo as exportações brasileiras. Já o consumo de etanol no mercado doméstico vem sendo estimulado, desde o início do ano passado, por medidas governamentais como a elevação do percentual da mistura de etanol anidro à gasolina (de 25% para 27%) e as mudanças na tributação dos combustíveis em diversos Estados da Federação, com redução do ICMS sobre o combustível renovável e aumento da alíquota sobre o derivado do petróleo.

Mesmo com a crise econômica e a redução da capacidade de moagem da indústria, com a diminuição de empresas em atividade, as usinas do Centro-Sul do País moeram um total de 617,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar na Safra 2015/2016, superando em 6% o volume do período anterior. A produção de açúcar atingiu 31,2 milhões de toneladas, com queda de 2,5%, e a de etanol totalizou 28,2 bilhões de litros, crescimento de 7,6%, de acordo com os dados consolidados pela UNICA - União da Indústria da Cana-de-açúcar.

As projeções para a Safra 2016/2017 indicam para um volume de moagem da ordem de 620 milhões de toneladas. A produção de açúcar tende a aumentar para 35 milhões de toneladas.

A oferta de etanol está estimada em 27,7 bilhões de litros. Mesmo sem aumento da oferta, a participação do etanol total (anidro + hidratado) no mix de combustível do Ciclo Otto (veículos leves, a gasolina e etanol) poderá crescer, diante da previsão de retração em torno de 5% no consumo desses combustíveis.

Consideramos ainda uma melhora na qualidade da cana, de 4%, elevando para cerca de 135 kg o total de Açúcar Total Recuperável (ATR) por tonelada.

Além da indefinição sobre as condições climáticas, outros fatores contribuem para a imprevisibilidade da atual safra, como dúvidas sobre o comportamento da lavoura colhida na entressafra (correspondente a 9% da área colhida) e o envelhecimento do canavial, decorrente da redução da taxa de plantio, consequência atual das restrições financeiras, que poderá limitar também o incremento futuro da produção.

No cenário internacional, as estimativas de déficit na produção de açúcar foram fortalecidas pelas quebras nas lavouras da Tailândia, China e Índia. Estimamos uma produção global da ordem de 172,2 milhões de toneladas ao longo da safra internacional 2015/2016, que se encerra em setembro, com uma queda de 4,3%. O consumo, por sua vez, está projetado em 176,8 milhões de toneladas, alta de 1% sobre o ciclo passado, resultando em um déficit de 4,6 milhões de toneladas. Para a safra 2016/2017, com início em outubro, a estimativa é de novo déficit, de 5,6 milhões de toneladas de açúcar.

Já o mercado mundial de etanol continua sendo determinado pela política pública de mistura do biocombustível à gasolina nos Estados Unidos, maior produtor e consumidor de etanol do mundo. A proposta da Environmental Protection Agency (EPA) para o mandato de adição de biocombustíveis à gasolina é de 71,4 bilhões de litros em 2017, aumento de 3,8% sobre o volume estabelecido para 2016, porém abaixo dos 91,2 bilhões de litros de etanol previstos pela legislação de combustíveis renováveis aprovada em 2007. A agência prevê ainda um mandato de 15,2 bilhões de litros de biocombustíveis avançados, que incluem o etanol de cana-de-açúcar e o biodiesel, por serem mais vantajosos em questões ambientais (aumento de 11% em relação a 2016), e 1,2 bilhão de litros de biocombustível celulósico, de segunda geração. A proposta está sob debate público e deve ser definida até o fim deste ano.

2 - INVESTIMENTOS

Ao contrário do exercício anterior, que foi marcado por investimentos expressivos de R$ 713,5 milhões, aplicados em aquisições (capitalização para constituição da Alvean) e ativos logísticos no Brasil e nos EUA, o total investido pela Copersucar na Safra 2015/2016 foi de R$ 265,2 milhões, dos quais R$ 180,3 milhões foram destinados à expansão da infraestrutura logística da Eco-Energy nos EUA (implantação de três novos terminais e aquisição de um) e à compra de participação de acionistas minoritários, elevando a participação da Copersucar, de 65% no exercício anterior, para 77%. Os demais recursos investidos foram destinados à conclusão dos projetos em implantação no Terminal Açucareiro Copersucar (TAC), em Santos, e no Terminal Copersucar de Etanol (TCE), em Paulínia.

3 - DESEMPENHO OPERACIONAL

Assim como a Safra 2015/2016 representou o primeiro ano completo de atuação da Alvean, o período foi também o primeiro no qual a Copersucar não esteve presente diretamente na originação de açúcar de usinas produtoras não sócias no Brasil. O volume de produtos adquirido das Usinas Sócias Produtoras correspondeu a uma moagem equivalente de 89,3 milhões de toneladas de cana, ante um volume de 94,8 milhões de toneladas no período anterior (-5,8%), considerando a mesma base de fornecimento (sem originação). O mix de produtos teve participação ainda maior do etanol (59%), contra 57% no período anterior.

AÇÚCAR

A comercialização total de açúcar pela Copersucar no Ano Safra somou 5,5 milhões de toneladas, ante um volume de 7,2 milhões de toneladas na safra passada (que incluía 1,6 milhão de toneladas de originação realizada pela Copersucar antes da constituição da Alvean). Desta forma, na mesma base de comparação (sem os volumes de originação no Brasil que agora são realizados pela Alvean), o total de açúcar comercializado pela Companhia se manteve estável nos dois períodos.

Do total de 5,5 milhões de toneladas de açúcar comercializadas na Safra 2015/2016, 3,6 milhões de toneladas foram exportadas para a Alvean, e 1,9 milhão de toneladas tiveram como destino o mercado doméstico.

COMERCIALIZAÇÃO DE AÇÚCAR (MILHÕES TON)

	2014/2015	2015/2016
Açúcar	**7,2**	**5,5**
Mercado interno	1,7	1,9
Mercado externo	4,4	2,8
Exportações pré-pagas	1,1	0,8

ETANOL

Favorecido pela demanda em alta e pela recuperação dos preços no período, a comercialização de etanol pela Copersucar apresentou crescimento de 16,3% em relação à safra anterior, totalizando 5,0 bilhões de litros. Na combinação das movimentações da empresa no Brasil e nos Estados Unidos, com a Eco-Energy, o volume total comercializado soma 13,5 bilhões de litros, representando um crescimento de 14,4% sobre o período anterior e uma participação de 11,5% no mercado global do biocombustível.

No mercado doméstico, as vendas da Copersucar totalizaram 4,3 bilhões de litros, incremento de 13,2% - quase o dobro do crescimento do mercado do Centro-Sul, segundo dados da UNICA. Já o mercado externo absorveu 600 milhões de litros, 20% acima do volume exportado no período anterior.

Eco-Enegy

Pelo terceiro ano consecutivo, o desempenho da controlada Eco-Energy contribuiu de forma consistente para os resultados consolidados da Copersucar. A Eco-Energy tem o propósito de prover soluções de energia limpa para o mundo e a visão de liderar a cadeia global de fornecimento de biocombustíveis. Sua estratégia é suportada por ativos logísticos e relacionamentos duradouros tanto nas bases de fornecimento quanto nos mercados clientes, impulsionando suas competências e a geração de valor em logística, distribuição e comercialização.

No Ano Safra, a Eco-Energy registrou um crescimento de 13,3% nos volumes movimentados (8,5 bilhões de litros), mantendo a expressiva participação de 14% no mercado dos Estados Unidos.

Em linha com o plano estratégico, de reforçar sua estrutura integrada de logística, a Eco-Energy promoveu investimentos da ordem de US$ 50 milhões no período 2015/2016, mais que o dobro do realizado no exercício anterior. Três novos terminais "*unit train*" (para grandes composições ferroviárias) entraram em operação, em Augusta (Georgia), Knoxville (Tennessee) e na Filadélfia, além de uma aquisição, em Richmond, totalizando seis terminais em atividade e três em implantação. A empresa conta com uma extensa base logística no território norte-americano com mais de 30 instalações, entre terminais de armazenagem, de transbordo e de *"blending"* (mistura de etanol à gasolina). A estrutura de fornecimento da Eco-Energy é formada por 19 "*Alliance Plants*", destilarias com contratos de fornecimento exclusivo e de longo prazo. O objetivo é manter e aprimorar o atendimento de alta qualidade a um diversificado grupo de clientes, formado pelas maiores companhias de petróleo, refinarias, grandes distribuidoras, *"blenders"* e empresas de commodities.

COMERCIALIZAÇÃO DE ETANOL (BILHÕES LITROS)

	2014/2015	2015/2016
Copersucar	**4,3**	**5,0**
Mercado interno	*3,8*	*4,3*
Mercado externo	*0,5*	*0,6*
Eco-Energy	**7,5**	**8,5**
Total	**11,8**	**13,5**

SERVIÇOS

O Terminal Açucareiro Copersucar (TAC) iniciou o Ano-Safra 2015/2016 totalmente reconstruído, com a recuperação integral de sua capacidade e com aperfeiçoamentos em maior produtividade, eficiência e, sobretudo, segurança. Ao encerrar o período, registrou recorde de movimentação, com 6,2 milhões de toneladas embarcadas. A maior marca anterior registrada havia sido de 5,2 milhões de toneladas, na Safra 2012/2013.

Além do aumento da demanda de elevação, com o incremento dos volumes de originação de açúcar no Brasil pela Alvean, também houve uma diversificação na movimentação de cargas, com a realização de embarques de soja e milho, possibilitando maior utilização da capacidade operacional do terminal com a prestação de serviços de elevação a outros clientes.

As obras de reconstrução foram concluídas em março de 2015, e desde então o TAC conta com sua plena capacidade de operação, que, com os aperfeiçoamentos realizados, é de 10 milhões de toneladas por ano.

Foram implantados novos sistemas e processos de segurança, ampliando as práticas de prevenção e combate a incêndios, com equipamentos como válvulas dilúvio, canhões monitores, ampliação de chuveiros automáticos ("*sprinklers*") e utilização de materiais mais resistentes nas instalações e equipamentos, além da ampliação do conjunto de ações preventivas. Também foram adotados parâmetros mais rigorosos de granulometria e umidade para recepção de cargas no terminal.

4 - DESEMPENHO FINANCEIRO

As receitas líquidas da Copersucar no exercício atingiram R$ 26,3 bilhões. A controlada Eco-Energy, mais uma vez, contribuiu de forma relevante para a robustez do faturamento, com uma participação de 47%. As vendas de etanol a partir do Brasil, diretamente pela Companhia, aumentaram a sua parcela na composição das receitas de 26% para 29%, enquanto as vendas de açúcar representaram 24%.

O resultado do exercício atingiu um lucro líquido de R$ 32,0 milhões, ante um prejuízo de R$ 8,4 milhões no exercício anterior. Ainda que aquém do seu potencial, o resultado indica a retomada do ciclo de rentabilidade da Companhia.

DESEMPENHO FINANCEIRO (R$ MILHÕES)

	2014/2015	2015/2016
Receitas líquidas	21,0	26,3
Lucro (prejuízo) líquido para Controladores	(8,4)	32,0

Endividamento líquido

Na Safra 2015/2016, a Companhia reduziu o seu endividamento líquido de estoques em R$ 435 milhões, e encerrou o exercício com R$ 1.133 milhões de dívida líquida de estoques, 28% abaixo do montante de R$ 1.568 milhões no período anterior.

5 - RECURSOS HUMANOS E GESTÃO

Em 2015, a Copersucar readequou sua estrutura organizacional, com redução dos níveis hierárquicos e redesenho das diretorias para melhor atendimento ao portfólio de negócios desenvolvido pela Companhia nos últimos anos. Neste contexto, criou a Diretoria Executiva de Operações, responsável pelas operações diretas da Copersucar nos mercados de açúcar, etanol e de serviços logísticos, e a Diretoria de Estratégia e Participações, que se encarrega pela gestão dos investimentos e participações da Companhia nas empresas controladas como a Alvean, a Eco-Energy e a Logum. As demais atribuições da direção foram também reordenadas para garantia de maior aderência ao atual modelo de negócio.

Em complemento à reestruturação organizacional, a Copersucar intensificou dois projetos vitais para a sustentação de sua estratégia de longo prazo: o desenvolvimento de sua cultura organizacional, fortalecendo os princípios do "nosso jeito de ser e fazer", e o programa de desenvolvimento de lideranças. Essas iniciativas foram também complementadas por aprimoramentos nos programas de benefícios, como os planos de assistência à saúde e de treinamento, e por uma nova metodologia de avaliação de desempenho dentro do programa de remuneração variável, com a implantação de comitês transversais para a definição e calibragem de metas, com o objetivo de fortalecer a gestão compartilhada e a meritocracia.

A Companhia também vem se dedicando ao fortalecimento de seus instrumentos de gestão, rotinas e processos do dia a dia. Trata-se de uma ampla revisão interna de processos operacionais e de gestão, empreendida sob o guarda-chuva do "Portfólio Evolução". Ao longo do Ano Safra, esta iniciativa desenvolveu 20 projetos, dos quais 14 foram concluídos no período. Os ganhos já começam a ser observados, na forma de processos mais eficientes, menor incidência de erros e maior produtividade. Os projetos realizados abrangem sistemas automatizados de integração entre operações comerciais e de logística, novas metodologias nos procedimentos de compras (*Purchase to Pay*) e venda de produtos (*Order to Cash*), monitoramento integrado de cargas rodoviárias desde o carregamento na usina até o agendamento da descarga no terminal portuário (Central de Tráfego), além de diversas otimizações nos sistemas gerenciais e nos procedimentos operacionais, visando eficiência, simplificação, ganhos de produtividade e maior controle.

No âmbito dos terminais, realizamos a "primarização" do Terminal de Ribeirão Preto, com a incorporação aos quadros da Companhia de 25 funcionários (anteriormente terceirizados), e demos início ao projeto Operação Segura, que consiste no levantamento e análise dos diversos fatores de riscos operacionais e na revisão dos procedimentos de gestão, operação e manutenção, com o objetivo de manter os mais elevados padrões de segurança nos terminais.

A Companhia encerrou o Ano Safra 2015-2016 com 599 colaboradores (574 no período anterior), dos quais 175 estavam locados na Sede em São Paulo, 375 no Terminal Açucareiro Copersucar (TAC), em Santos, 35 no Terminal Intermodal de Ribeirão Preto e 14 no Terminal Copersucar de Etanol (TCE), em Paulínia.

6 - SUSTENTABILIDADE

Em sintonia com os aperfeiçoamentos que vem adotando em seu modelo de gestão, a Copersucar realizou uma discussão profunda de sua visão de sustentabilidade, que resultou na aprovação de uma nova política que reúne os princípios essenciais que orientam a Companhia no sentido de prover energia para nutrir e mover a vida, criando valor para o negócio e para a sociedade.

No âmbito das iniciativas sociais, foi implantado o Projeto Conecta, destinado à formação profissional nas comunidades onde a Copersucar atua. A primeira turma, de 30 alunos, concluiu o curso de assistente de produção cultural em Paulínia (SP). Na Safra 2016/2017, o programa será estendido para a cidade de Santos (SP).

A gestão da sustentabilidade nas operações logísticas da Companhia passou a ter uma abordagem matricial e integrada, com a adoção de diretrizes comuns a todos os terminais logísticos. Da mesma forma, as iniciativas voltadas para o engajamento das Usinas Produtoras mantiveram seu desenvolvimento, com uma série de encontros que discutiram temas comuns, como saúde e segurança no trabalho; gestão dos impactos socioambientais das operações das usinas, conservação da biodiversidade, e requisitos de sustentabilidade na gestão de fornecedores de cana.

No período, mais uma unidade produtora sócia, a Usina Uberaba, pertencente ao Grupo Balbo, recebeu a certificação Bonsucro™. Chegam assim a oito as unidades produtoras associadas de açúcar e etanol da Copersucar que detêm o selo de sustentabilidade específico para a cana, açúcar e etanol. No final da Safra 2015/16, 10,8 milhões de toneladas de cana tinham essa certificação.

Na safra 2015-2016, 94% das Usinas Produtoras Sócias estavam preparadas para atender ao padrão de combustíveis renováveis (RFS2) da EPA, a agência de proteção ambiental norte-americana. No exercício, 45% do volume total de biocombustível produzido pela Copersucar e 18% do volume total exportado foram destinados aos Estados Unidos atendendo aos requisitos da EPA (essa produção era proveniente de 35 Usinas Sócias); no caso específico das exportações para a Califórnia, 84% das Usinas Sócias tinham, na safra 2015-2016, o registro na CARB (*California Air Resources Board*).

7 - GOVERNANÇA

Desde sua constituição como empresa de capital, em 2008, a Copersucar implantou uma estrutura de governança de acordo com as melhores práticas recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. A empresa conta com uma modelo de governança que preza pela observância dos procedimentos e processos internos de aprovações e deliberações, segundo os princípios estatutários da Companhia. Os processos de governança têm sido reforçados com instrumentos de *compliance* com o objetivo de garantir o efetivo controle das diversas atividades e práticas da empresa dentro do mais estrito respeito às normas e legislações e dos mais elevados princípios éticos.

Ao longo da Safra 2015/2016, a Companhia reforçou a divulgação de seu Código de Conduta e Ética nos Negócios junto aos públicos interno e externo, bem como do Canal Ético, disponível em tempo integral e com atendimento bilíngue para que qualquer pessoa possa fazer consultas, relatos ou necessidade de informação relativa à ética e conduta nos negócios. O canal pode ser acessado pelo site www.copersucar.com.br/etica, por e-mail ou telefone. As informações são recebidas por empresa independente, que assegura total sigilo do relato e da identidade do interlocutor.

continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Controladora 2016	Controladora 2015
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	932.854	1.051.254	704.929	493.384
Contas a receber de clientes	7	774.088	821.925	430.420	816.370
Estoques	8	2.319.873	2.557.292	1.087.272	1.242.299
Impostos e contribuições a recuperar	9	296.439	303.213	264.196	298.960
Adiantamentos a fornecedores	10	446.562	1.765.089	16.693	15.002
Operações com bolsa de valores	11	79.672	26.145	–	8
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	22	309.310	677.265	141.053	257.503
Outras contas a receber		67.935	115.866	25.349	34.928
Total do ativo circulante		**5.226.733**	**7.318.049**	**2.669.912**	**3.158.454**
Ativo não circulante					
Ativo fiscal diferido	12	411.829	331.537	398.493	313.557
Impostos e contribuições a recuperar	9	–	70.373	–	70.373
Depósitos judiciais	21	39.422	34.655	25.522	20.985
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	22	13.901	18.396	13.901	18.396
Operações de mútuo	24	–	–	13.669	95.009
Outras contas a receber		6.538	13.191	4.879	10.669
Investimentos	13	867.136	844.317	1.356.434	1.944.523
Propriedade para investimento	14	–	–	70.242	70.296
Imobilizado	15	791.296	672.616	105.663	90.406
Intangível	16	271.485	253.101	15.958	18.701
Total do ativo não circulante		**2.401.607**	**2.238.186**	**2.004.761**	**2.652.915**
Total dos ativos		**7.628.340**	**9.556.235**	**4.674.673**	**5.811.369**

Passivos	Nota	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Controladora 2016	Controladora 2015
Passivo circulante					
Fornecedores	17	1.474.297	2.704.998	1.028.317	2.196.913
Empréstimos e financiamentos	18	2.243.662	2.053.863	1.995.014	1.558.225
Obrigações sociais trabalhistas		17.359	26.383	11.141	18.835
Impostos e contribuições a recolher	19	54.040	71.618	16.841	28.131
Operações com bolsa de valores	11	7.653	60.297	38	–
Adiantamentos de clientes	20	880.191	1.229.971	476	7.239
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	22	656.478	257.486	313.522	196.181
Outras contas a pagar		59.012	95.790	9.480	5.538
Total do passivo circulante		**5.392.692**	**6.500.406**	**3.374.829**	**4.011.062**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	1.580.136	2.431.370	862.342	1.422.690
Benefícios a empregados	33	36.484	42.226	5.100	–
Impostos e contribuições a recolher	19	321	448	–	–
Provisões para contingências	21	37.022	36.574	20.993	20.985
Passivos fiscais diferidos	12	114.849	35.946	57.353	18.564
Outras contas a pagar		6.869	14.491	–	–
Passivo a descoberto de controlada	13	–	–	2.593	1.972
Total do passivo não circulante		**1.775.681**	**2.561.055**	**948.381**	**1.464.211**
Patrimônio líquido					
Capital social		180.301	180.301	180.301	180.301
Ações em tesouraria		(8)	(8)	(8)	(8)
Reserva legal		21.614	19.992	21.614	19.992
Reservas de lucros		154.444	123.119	154.444	123.119
Ajuste de avaliação patrimonial		(4.888)	12.692	(4.888)	12.692
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	25	**351.463**	**336.096**	**351.463**	**336.096**
Participação dos não controladores		**108.504**	**158.678**	–	–
Total do patrimônio líquido	**25**	**459.967**	**494.774**	**351.463**	**336.096**
Total dos passivos e patrimônio líquido		**7.628.340**	**9.556.235**	**4.674.673**	**5.811.369**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Controladora 2016	Controladora 2015
Receitas líquidas	27	26.324.006	20.985.802	7.901.678	5.984.736
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	22	(518.463)	373.666	2.144	–
Custo das vendas	29	(24.836.635)	(20.452.761)	(7.230.754)	(5.921.650)
Lucro bruto		**968.908**	**906.707**	**673.068**	**63.086**
Despesas de vendas	29	(122.860)	(195.713)	(41.660)	(54.417)
Despesas administrativas	29	(216.968)	(186.566)	(98.219)	(88.494)
Outras receitas		26.051	88.982	16.484	24.020
Outras despesas		(39.117)	(49.301)	(3.809)	(13.328)
Resultado antes das financeiras líquidas		**616.014**	**564.109**	**545.864**	**(69.133)**
Receitas financeiras	28	2.145.403	1.570.618	806.072	440.044
Despesas financeiras	28	(2.562.538)	(2.261.420)	(1.033.358)	(550.072)
Financeiras líquidas		**(417.135)**	**(690.802)**	**(227.286)**	**(110.028)**
Resultado de equivalência patrimonial	13	(67.461)	22.276	(231.246)	71.280
Resultado antes dos impostos		**131.418**	**(104.417)**	**87.332**	**(107.881)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	30	(32.746)	(24.636)	(46.154)	(3.014)
Imposto de renda e contribuição social diferido	30	(53.541)	118.142	(8.739)	102.484
Imposto de renda e contribuição social totais		**(86.287)**	**93.506**	**(54.893)**	**99.470**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**45.131**	**(10.911)**	**32.439**	**(8.411)**
Resultado atribuído para					
Acionistas controladores		32.439	(8.411)	32.439	(8.411)
Acionistas não controladores		12.692	(2.500)	–	–
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**45.131**	**(10.911)**	**32.439**	**(8.411)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Controladora 2016	Controladora 2015
Resultados do exercício	45.131	(10.911)	32.439	(8.411)
Resultados abrangentes				
Ajuste acumulado de conversão reflexa	(2.916)	(9.781)	(2.916)	(9.781)
Ajuste acumulado de conversão	92.779	180.367	92.779	180.367
Non Deliverable Forward hedge de investimento	(161.428)	(260.548)	(161.428)	(260.548)
Non Deliverable Forward hedge de fluxo de caixa	(129)	–	(129)	–
Imposto de renda e contribuição social	54.929	88.586	54.929	88.586
Resultado abrangente total	**28.367**	**(12.287)**	**15.675**	**(9.787)**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	15.675	(9.787)	15.675	(9.787)
Acionistas não controladores	12.692	(2.500)	–	–
Resultado abrangente total	**28.367**	**(12.287)**	**15.675**	**(9.787)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Controladora 2016	Controladora 2015
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	27.352.009	21.512.009	8.953.034	6.835.665
Outras receitas	35.989	331.725	1.307	(130)
Mudança no valor justo de instrumentos financeiros	(518.463)	373.666	2.144	–
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	(329)	106	–	–
	26.869.206	**22.217.506**	**8.956.485**	**6.835.535**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(25.682.663)	(21.207.950)	(8.167.366)	(6.796.455)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(214.034)	(273.252)	(55.215)	(58.685)
Outras	(33.727)	(27.414)	(78)	(113)
	(25.930.424)	**(21.508.616)**	**(8.222.659)**	**(6.855.253)**
Valor adicionado bruto	**938.782**	**708.890**	**733.826**	**(19.718)**
Depreciação e amortização	(42.987)	(33.800)	(11.959)	(9.010)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(67.461)	22.276	(231.246)	71.280
Receitas financeiras	2.145.403	1.570.618	806.072	440.044
Outras	25.304	67.831	15.741	11.009
	2.103.246	1.660.725	590.567	522.333
Valor adicionado total a distribuir	**2.999.041**	**2.335.815**	**1.312.434**	**493.605**
Distribuição do valor adicionado	**(2.999.041)**	**(2.335.815)**	**(1.312.434)**	**(493.605)**
Pessoal				
Remuneração direta	(93.920)	(101.733)	(30.009)	(45.176)
Benefícios	(62.467)	(66.776)	(33.185)	(19.786)
FGTS	(8.064)	(7.754)	(2.993)	(3.249)
	(164.451)	(176.263)	(66.187)	(68.211)
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(155.064)	145.303	(117.800)	153.098
Estaduais	(57.372)	(31.340)	(56.286)	(29.974)
Municipais	(7.669)	(4.356)	(552)	(535)
	(220.104)	109.607	(174.638)	122.589
Remuneração de capital de terceiros				
Juros	(2.562.538)	(2.261.419)	(1.033.357)	(550.072)
Aluguéis	(6.817)	(18.651)	(5.813)	(6.322)
	(2.569.355)	(2.280.070)	(1.039.170)	(556.394)
Remuneração de capital próprio				
(Lucro)/Prejuízo no exercício	(32.439)	8.411	(32.439)	8.411
Participação de não controladores	(12.692)	2.500	–	–
	(45.131)	10.911	(32.439)	8.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas: Ações em tesouraria	Reservas: Reserva legal	Reservas: Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Dividendo adicional proposto	Patrimônio atribuído aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total
Em 2014	180.301	(8)	19.992	131.508	14.090	–	13.963	359.846	176.109	535.955
Realização do custo atribuído	–	–	–	–	(22)	22	–	–	–	–
Distribuição de dividendo adicional proposto	–	–	–	–	–	–	(13.963)	(13.963)	–	(13.963)
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(8.411)	–	(8.411)	(2.500)	(10.911)
Retenção de lucro	–	–	–	(8.389)	–	8.389	–	–	–	–
Resultados abrangentes do exercício:										
Ajuste acumulado de conversão reflexa	–	–	–	–	(9.781)	–	–	(9.781)	–	(9.781)
Hedge de investimento líquido em operação no exterior	–	–	–	–	8.405	–	–	8.405	–	8.405
Transações com não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	(14.931)	(14.931)
Em 2015	180.301	(8)	19.992	123.119	12.692	–	–	336.096	158.678	494.774
Realização do custo atribuído	–	–	–	–	(816)	816	–	–	–	–
Resultados abrangentes do exercício:										–
Ajuste acumulado de conversão reflexa	–	–	–	–	(2.916)	–	–	(2.916)	–	(2.916)
Hedge de investimento líquido em operação no exterior	–	–	–	–	(13.763)	–	–	(13.763)	–	(13.763)
Hedge de fluxo de caixa líquido	–	–	–	–	(85)	–	–	(85)	–	(85)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	32.439	–	32.439	12.692	45.131
Destinação do lucro:										
Reserva legal	–	–	1.622	–	–	(1.622)	–	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 0,0002 por ação)	–	–	–	–	–	(308)	–	(308)	–	(308)
Retenção de lucro	–	–	–	31.325	–	(31.325)	–	–	–	–
Transações com não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	(62.866)	(62.866)
Em 2016	180.301	(8)	21.614	154.444	(4.888)	–	–	351.463	108.504	459.967

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Controladora 2016	Controladora 2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro/(Prejuízo) do exercício	**45.131**	**(10.911)**	**32.439**	**(8.411)**
Ajustado por:				
Resultado da equivalência patrimonial	67.461	(22.276)	231.246	(71.280)
Ganho com variação cambial em controladas	(151.944)	(208.915)	–	(37.394)
Depreciação e amortização	59.088	33.800	11.959	9.010
Impostos diferidos	53.541	(118.142)	8.739	(102.484)
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(325.753)	692.978	331.963	449.598
Valor líquido das baixas do ativo imobilizado e intangível	27.071	4.529	461	435
Aumento em provisão para contingências	448	704	8	–
Benefícios a empregados	(5.742)	46.185	5.100	15.303
Mudança no valor justo dos estoques	(387.273)	259.213	(194.921)	24.477
Mudança no valor justo de instrumentos financeiros derivativos	638.103	(652.411)	105.075	(271.897)
Ganho de participação em investimentos em coligadas	(10.882)	(22.030)	(10.882)	(22.030)
Variações nos ativos e passivos				
Diminuição/(Aumento) de contas a receber de clientes	75.498	346.152	385.950	(414.927)
(Aumento)/Diminuição em operações com partes ligadas	(349.472)	1.199.899	77.458	(5.085)
Diminuição/(Aumento) de estoques	640.487	(1.089.266)	349.948	(546.551)
Diminuição/(Aumento) em impostos a recuperar	77.147	(140.534)	105.137	(143.432)
Diminuição/(Aumento) em outras contas a receber	39.352	(32.197)	20.876	(56.302)
Diminuição/(Aumento) em adiantamento a fornecedor	1.385.341	(751.153)	(1.691)	6.674
(Aumento)/Diminuição em operações com bolsas de valores	(101.688)	58.296	46	65
(Aumento) em depósitos judiciais	(4.767)	(126)	(4.537)	–
(Diminuição)/Aumento de fornecedores	(1.285.570)	529.601	(1.168.596)	976.705
(Diminuição) de obrigações sociais e trabalhistas e benefícios a empregados	(9.024)	(14.597)	(7.694)	(10.190)
(Diminuição)/Aumento de impostos e contribuições a recolher	(7.893)	42.634	(11.290)	11.685
Aumento em outras contas a pagar	38.816	75.647	3.636	4.953
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(297.395)	(365.236)	(255.257)	(231.797)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.812)	(36.735)	–	–
Dividendos recebidos	49.246	5.576	496.636	4.881
Fluxo de caixa líquido gerado/(usado) nas atividades operacionais	**249.515**	**(169.315)**	**511.809**	**(417.994)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação de recursos em investimentos	(107.835)	(525.837)	(46.900)	(525.837)
Aplicação de recursos em imobilizado	(166.607)	(188.474)	(24.874)	(27.339)
Aplicação de recursos no intangível	(4.775)	(12.117)	(6)	(14)
Caixa líquido (usado) nas atividades de investimento	**(279.217)**	**(726.428)**	**(71.780)**	**(553.190)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Perda de instrumento financeiro - hedge de investimento	(28.218)	(38.627)	(28.218)	(38.627)
Dividendos pagos	–	(14.710)	–	(14.710)
Empréstimos e financiamentos tomados	2.504.501	6.515.339	1.498.451	1.716.757
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(2.564.981)	(5.119.351)	(1.698.717)	(497.294)
Caixa líquido (usado)/gerado nas atividades de financiamento	**(88.698)**	**1.342.651**	**(228.484)**	**1.166.126**
Decréscimo/Acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(118.400)**	**446.908**	**211.545**	**194.942**
Demonstração da variação em caixa e equivalentes de caixa				
No final do exercício	932.854	1.051.254	704.929	493.384
No início do exercício	1.051.254	604.346	493.384	298.442
Decréscimo/Acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(118.400)**	**446.908**	**211.545**	**194.942**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, tem sede e foro na cidade de São Paulo (SP), podendo abrir e encerrar filiais, sucursais, escritórios ou agências, assim como nomear agentes ou representantes em qualquer parte do País ou exterior. O endereço registrado do escritório da Companhia é Avenida Paulista, nº 287. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de março de 2016 abrangem a controladora e suas controladas. A Companhia tem as seguintes atividades preponderantes em seu objeto social: • A importação, exportação, comercialização, industrialização, guarda, serviços de carga e descarga de açúcar, etanol e derivados, nos mercados nacionais e internacionais; • A representação comercial de açúcar, etanol e derivados; • Logística terrestre, fluvial e marítima; • Transporte de cargas, inclusive perigosas, e atuação como operadora de transporte multimodal; • Produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos os derivados provenientes de co-geração de energia elétrica; • Prestação de serviços técnicos e de consultoria relativos às atividades antes mencionadas; e • Participação no capital de outras sociedades. O exercício social da Companhia e suas controladas se encerra em 31 de março de cada ano, exceto para a Copersucar North America, LLC que encerra o exercício social em 31 de dezembro de cada ano.

2. ENTIDADES DA COMPANHIA

Entidade	Cidade/Estado - País	Relacionamento	Participação acionária 2016	Participação acionária 2015
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	São Paulo/SP - Brasil	Controlada	99,99995%	99,99995%
Copersucar Armazéns Gerais S.A.	São Paulo/SP - Brasil	Controlada	99,99997%	99,99997%
Uniduto Logística S.A.	São Paulo/SP - Brasil	Coligada	39,073700%	39,073700%
Logum Logística S.A.	Rio de Janeiro/RJ - Brasil	Controlada em conjunto	20,00000%	20,00000%
Sugar Express Transportes S.A.	São Paulo/SP - Brasil	Controlada	99,99000%	99,99000%
Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	São Paulo/SP - Brasil	Coligada	17,67510%	18,511600%
Copersucar International N.V.	Caracasbadiweg - Curaçau	Controlada	–	100,00000%
Copersucar Trading A.V.V.	Orangestad - Aruba	Controlada	100,00000%	100,00000%
Copersucar Europe B.V.	Rotterdam - Holanda	Controlada indireta	–	100,00000%
Copa Shipping Company Limited	Tortola - Ilhas Virgens Britânicas	Controlada indireta em conjunto	–	50,00000%
Copersucar Noth America, LLC	Franklin/TN - Estados Unidos	Controlada	100,00000%	100,00000%
Copersucar Asia Limited	Hong Kong - China	Controlada indireta	–	100,00000%
Eco-Energy Global Biofuels LLC	Franklin/TN - Estados Unidos	Controlada indireta	76,66667%	65,00000%
Alvean Sugar Intermediação e Agenciamento Ltda.	São Paulo/SP - Brasil	Controlada em conjunto	50,00000%	50,00000%
Alvean Sugar, S.L.	Bilbão - Espanha	Controlada em conjunto	50,00000%	50,00000%

Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais: A Controlada, com sede na capital do Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante a comercialização no mercado atacadista de produtos alimentícios e mercadorias em geral, o aluguel de armazéns, a prestação de serviços de armazenagem, a operação de exportação de açúcar e de outros produtos de origem vegetal e o exercício das atividades de operador portuário. **Copersucar Armazéns Gerais S.A.:** A Controlada, com sede na capital do Estado de São Paulo, possui como atividade preponderante, a comercialização no mercado atacadista de produtos alimentícios e mercadorias em geral, a comercialização e distribuição no atacado e varejo de combustíveis para fins automotivos ou industriais e o aluguel de armazéns. **Uniduto Logística S.A.:** A Coligada, com sede na capital do Estado de São Paulo, tem por objetivo desenvolver, construir e operar dutos para movimentação de líquidos para comercialização nos mercados interno e externo, terminais intermodais e terminais portuários destinados para exportação de tais líquidos, além de participar em outras sociedades que tenham por objeto social uma ou mais atividades referidas nos itens anteriores. **Logum Logística S.A.:** A Controlada em conjunto possui sua sede no Rio de Janeiro - RJ, e tem como objetivos: implementar a construção e operar redes de transporte intermodal e multimodal de etanol, derivados de petróleo e outros biocombustíveis para o mercado nacional e internacional; explorar atividades direta ou indiretamente relacionadas aos serviços de transporte intermodal e multimodal de etanol, derivados de petróleo e outros biocombustíveis; participar de projetos que tenham como objetivo a promoção do desenvolvimento do transporte intermodal e multimodal de etanol, derivados de petróleo e outros biocombustíveis; importar, exportar, adquirir, vender, distribuir ou arrendar todo maquinário e equipamentos relacionados às atividades descritas anteriormente e explorar e desenvolver oportunidades em negócios relacionados à colocação de cabos de fibra ótica em suas faixas de servidão. **Sugar Express Transportes S.A.:** A controlada Sugar Express Transportes S.A., é responsável pelo transporte rodoviário de açúcar e etanol. **Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (CTC):** A Coligada, com sede na capital do Estado de São Paulo, tem como objeto social a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias para aplicação nas atividades agrícolas, logística e industrial dos setores canavieiro e sucroenergético, a pesquisa e o desenvolvimento de variedades, especialmente o aprimoramento genético da cana-de-açúcar, o controle de doenças e pragas, com destaque para o controle biológico e a transferência de tecnologias agrícolas, industriais e laboratoriais. **Copersucar International N.V.:** A Controlada estabelecida em Curaçau tem como objeto social participar do capital social de outras empresas. Em 15 de dezembro de 2015, ocorreu a liquidação da controlada Copersucar International N.V. e todas as ações detidas pela Copersucar Trading A.V.V. foram transferidas para a Copersucar S.A.. **Copersucar Trading A.V.V.** A Controlada estabelecida em Aruba tem como objeto social a importação e exportação de açúcar e etanol, adquiridos principalmente da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo. **Copersucar Europe B.V.:** A Controlada estabelecida na Holanda, tem como objetivo a comercialização de açúcar e etanol, principalmente de empresas ligadas. **Copa Shipping Company Limited:** A Copa Shipping Company Limited é uma empresa de afretamento marítimo com sede nas Ilhas Virgens Britânicas, em parceria com o grupo Jamal Al-Ghurair (JAG) que, entre outros negócios, é dono da Al Khaleej Sugar (AKS), maior refinaria de açúcar do mundo e um de seus clientes estratégicos. A Copa Shipping freta navios para as cargas da Copersucar S.A. e da AKS, maximizando a gestão de custos e o controle de qualidade desse serviço. **Copersucar North America, LLC:** A Copersucar North America, LLC é uma empresa estabelecida nos Estados Unidos, que tem como objeto social participar do capital social de outras empresas. **Eco-Energy Global Biofuels, LLC:** Empresa com sede em Franklin/TN, Estados Unidos, que atua de forma integrada na cadeia de suprimentos de biocombustíveis, focada em comercialização, logística e serviços de marketing. **Copersucar Asia Limited:** A Controlada estabelecida em Hong Kong tem como objetivo a comercialização de açúcar e etanol, principalmente de empresas ligadas. **Alvean Sugar, S.L.:** A Controlada estabelecida na Espanha tem como objetivo originar, comercializar e atuar no *trading global* de açúcar bruto e branco. **Alvean Sugar Intermediação e Agenciamento Ltda.:** A Controlada estabelecida no Brasil tem como objetivo o agenciamento e intermediação na comercialização de açúcar branco e bruto.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade: As presentes demonstrações financeiras incluem: • As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com o BR GAAP. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de maio de 2016. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; • Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; • Imobilizado - mensurado pelo custo de aquisição e do custo atribuído; e • Estoques - apurados a valor justo menos despesas de vendas, por meio de marcação a mercado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional de todas as entidades da Companhia, exceto para a Copersucar North America LLC e Eco-Energy Global Biofuels LLC, cuja moeda funcional é o Dólar Americano. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IFRS, respectivamente, exige que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 8** - Estoques; • **Nota explicativa nº 12** - Ativos e passivos fiscais diferidos; • **Nota explicativa nº 14** - Propriedade para investimento; • **Nota explicativa nº 22** - Instrumentos financeiros; e • **Nota explicativa nº 32** - Arrendamentos mercantis operacionais. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 4.e.iv** - Depreciação (vida útil de ativo imobilizado); • **Nota explicativa nº 4.f.iv** - Amortização (vida útil de ativos intangíveis); • **Nota explicativa nº 12** - Ativos e passivos fiscais diferidos (utilização de prejuízos fiscais); e • **Nota explicativa nº 21** - Provisão para contingências (provisões e contingências). **e. Mensuração do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo. ***Estoques:*** Os estoques são mensurados ao valor justo menos os custos para venda, a preço de mercado ("mark to market") conforme as commodities e mercados de atuação da Companhia e suas controladas. Para cálculo do valor justo, a Companhia utiliza como referência a cotação e índices divulgados por fontes públicas e relacionados aos produtos e mercados ativos onde atua. Alterações no valor justo desses estoques são reconhecidos no resultado do exercício. **Contas a receber de clientes:** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. **Imobilizado:** O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **Ativos intangíveis:** O valor justo de marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios é baseado no valor presente dos pagamentos de *royalties* estimados que foram evitados em função de a marca ou patente a ser possuída. O valor justo dos relacionamentos de clientes adquiridos em uma combinação de negócios é apurado através do método de lucros excedentes de multiperíodos, através do qual o ativo subjacente é avaliado após a dedução de um retorno justo sobre todos os outros ativos que fazem parte na criação dos respectivos fluxos de caixa. O valor justo de outros ativos intangíveis é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos. **Propriedade para investimento:** O valor justo da propriedade para investimento, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **Instrumentos financeiros derivativos:** O valor justo de contratos a termo de moeda e juros é baseado no preço de mercado listado, se disponível. O valor justo dos instrumentos derivativos de proteção de moeda e juros consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da Bloomberg e BM&F. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos) - vide nota explicativa nº 22. **Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de apresentação. O valor justo é calculado com base no valor presente do principal e dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, considerando os fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado. Quanto aos componentes passivos dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência em contratos de arrendamentos semelhantes. ***Empréstimos e financiamentos:*** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. ***Outros passivos financeiros não derivativos:*** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em consonância com IFRS e pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades da Companhia. **a. Base de consolidação:** ***(i) Controladas:*** As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. ***(ii) Investimentos em controladas em conjunto:*** Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) é o acordo contratual em que duas ou mais partes se comprometem à realização de atividade econômica que está sujeita ao controle conjunto. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. ***(iii) Investimentos em coligadas:*** As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante de outra entidade. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma Companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa Companhia registrado por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da Companhia investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos. ***(iv) Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. ***(v) Participação de acionistas não controladores:*** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **b. Moeda estrangeira: *(i) Transações em moeda estrangeira:*** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações, exceto pelos ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação, que são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes de reconversão são reconhecidas no resultado. ***(ii) Operações no exterior:*** Para as controladas com moeda funcional dólar, os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas médias de câmbio (PTAX de venda) apuradas no exercício. Para as controladas com moeda funcional reais, as diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas no resultado do exercício, uma vez que a moeda funcional da operação no exterior é o Real. Essas variações cambiais são reconhecidas em lucros ou prejuízos nas demonstrações financeiras individuais da controladora ou da subsidiária. Para conversão das transações em dólar americano (USD) para a moeda funcional da Companhia (Real R$) foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio tanto para o Consolidado quanto para a Controladora:

	Taxa média anual		Taxa à vista de fechamento	
	2016	2015	2016	2015
R$/USD	3,5932	2,4784	3,5589	3,2080

c. Instrumentos financeiros: *(i) Ativos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, são reconhecidas como um ativo ou passivo separado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. *Empréstimos e recebíveis:* Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros recebíveis, partes relacionadas e adiantamento a fornecedor. ***(ii) Passivos financeiros não derivativos:*** A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. ***(iii) Instrumentos financeiros derivativos:*** A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos: futuros, swaps (proteção de risco de juros e câmbio) e NDFs - Non Deliverable Forward - como suas operações de proteção (hedge) às variações de câmbio (moeda) e preço de *commoditie.* O objetivo das operações envolvendo derivativos está sempre relacionado à operação da Companhia e à redução de sua exposição aos riscos de moeda e mercado, devidamente identificados por políticas e diretrizes estabelecidas. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e seus custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado, quando incorridos, como componente do lucro bruto. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados pelo valor justo e as alterações registradas no resultado do exercício como componente do lucro bruto. Ganhos/perdas relacionados a instrumentos financeiros derivativos não realizados oriundos de proteção de preço de *commodities* são reconhecidos dentro do lucro bruto, enquanto os efeitos de derivativos relacionados a riscos cambiais e de juros são reconhecidos no resultado financeiro. ***(iv) Hedge de investimento líquido no exterior:*** A Companhia utiliza a contabilidade de hedge (hedge accounting) para as diferenças de moedas estrangeiras entre a moeda da operação no exterior da investida e a moeda funcional da controladora (Real). Dentro das condições da efetividade do hedge, diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão de um passivo financeiro designado como hedge de um investimento líquido em uma operação estrangeira são reconhecidas em outros resultados abrangentes, sendo acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Quando o investimento líquido, que foi objeto de hedge, é alienado, a parcela correspondente mantida na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, é reclassificada para o resultado como parte do lucro ou perda na alienação. **d. Estoques:** O estoque da Companhia é composto por *commodities* e é ajustado ao valor de mercado ("mark to market") menos os custos para venda. Para cálculo do valor justo, a Companhia utiliza como referência de preço justo os índices divulgados por fontes públicas e relacionados aos produtos e mercados ativos onde atua. Alterações no valor justo desses estoques são reconhecidas no resultado do exercício. **e. Imobilizado: *(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O *software* adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. O custo do imobilizado inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui: o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais no resultado. ***(ii) Reclassificação para propriedade para investimento:*** Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer aumento resultante desta remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta perda anterior por redução ao valor recuperável (*impairment*) dessa propriedade, o que não pode exceder o valor contábil inicialmente reconhecido (líquido de depreciação). Caso haja aumento remanescente o mesmo é reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial, como parte de outros resultados abrangentes. Qualquer diminuição é reconhecida no resultado. ***(iii) Custos subsequentes:*** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é contabilizado no resultado do exercício em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***(iv) Depreciação:*** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As taxas médias anuais ponderadas estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	Taxa média anual ponderada 2016	
	Consolidado	Controladora
Construções e benfeitorias	1,90%	1,90%
Máquinas e equipamentos	3,77%	2,86%
Equipamentos de processamento de dados	19,52%	19,52%
Móveis e utensílios	6,94%	6,95%
Veículos	8,59%	8,50%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4,92%	–

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento do exercício e ajustados caso seja apropriado. **f. Ativos intangíveis e ágio: *(i) Ativos intangíveis de vida útil definida:*** Ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. ***(ii) Ativos intangíveis de vida útil indefinida:*** *Ágio:* O ágio apurado na aquisição de ações da Eco-Energy Global Biofuels, LLC encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade do ágio sobre esses investimentos, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado relativas ao fluxo de caixa descontado da controlada. A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade do ágio, o teste é antecipado. ***(iii) Gastos subsequentes:*** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. O valor contábil do intangível que tenha sido reposto por outro é contabilizado no resultado do exercício que ocorre a reposição. Custos de manutenção no dia a dia são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***(iv) Amortização:*** A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado, na rubrica "Despesas administrativas", baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para os exercícios correntes e comparativos são de 5 (cinco) anos para os *softwares.* **g. Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente, quando relevante, ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta e qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos. **h. Ativos arrendados:** Os arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais. Os ativos arrendados não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia (arrendatária). A propriedade para investimento mantida sob um arrendamento operacional é reconhecida no balanço patrimonial da Companhia (arrendadora) pelo seu custo histórico. **i. Redução ao valor recuperável (*Impairment*): *(i) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis):*** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, incluindo a participação em uma investida reconhecida por equivalência patrimonial, é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se houver evidência objetiva de que tenha ocorrido um evento de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que o evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um investimento em instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução do valor recuperável. *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:* A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. As provisões para perdas estimadas dos recebíveis advindos da carteira comercial de clientes a receber são reconhecidas no resultado do exercício por meio da rubrica "Despesas de Vendas" como Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em cada exercício de avaliação do valor recuperável, conforme IAS 39/CPC 38 - "Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração". ***(ii) Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não sejam estoques, propriedade para investimento e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa). Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou UGCs. Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no resultado do exercício. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base "pro rata". Com exceção do ágio, para os ativos que apresentam perdas de valor recuperável, que tenham sido reconhecidos em exercícios anteriores, novas avaliações são feitas a cada data de apresentação das demonstrações financeiras, para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Benefícios a empregados: *(i) Planos de contribuição definida:*** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado do exercício nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou de que a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do exercício no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes. ***(ii) Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago sob os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. ***(iii) Benefícios pós-emprego:*** Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são avaliados a cada exercício, através de cálculo atuarial elaborado por atuário independente. Os resultados são analisados e provisões são reconhecidas, caso os resultados sejam relevantes. As premissas utilizadas para o cálculo atuarial e outras informações esses benefícios são apresentadas na nota explicativa nº 31. ***(iv) Outros benefícios de longo prazo a empregados:*** A Companhia concede um bônus de longo prazo a seus executivos. O prazo deste benefício é estabelecido para o período de três anos, estando atrelado a uma meta de valor baseada na perpetuidade do EBITDA (lucro líquido sem os efeitos de imposto de renda e contribuição social, despesas financeiras e despesas de depreciação e amortização). O valor é provisionado de acordo com o regime de competência e é apresentado na nota explicativa nº 24. **k. Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **l. Arrendamentos: *(i) Ativos arrendados:*** Ativos mantidos pela Companhia sob arrendamentos que transferem substancialmente para a Companhia todos os riscos e benefícios de propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo. ***(ii) Pagamentos de arrendamentos:*** Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo de vigência do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos, quando existentes, são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, de acordo com o prazo de vigência do arrendamento. ***(iii) Determinando se um contrato contém um arrendamento:*** No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito à Companhia de controlar o uso do ativo subjacente. A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto. **m. Capital social:** Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e são reconhecidos no patrimônio líquido sobre esta rubrica. **n. Apuração do lucro líquido: *a. Receita operacional:*** *(i) Venda de açúcar e etanol:* A receita operacional da venda de açúcar e etanol no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; e (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos sejam concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então esse desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. *(ii) Prestação de Serviços:* Os resultados de prestação de serviços de armazenagem, logística e elevação de açúcar e etanol são reconhecidos quando: (a) o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade; (b) for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade; (c) o estágio de execução (*stage of completion*) da transação ao término do exercício de reporte puder ser mensurado com confiabilidade; e (d) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la puderem ser mensuradas com confiabilidade. ***b. Receitas financeiras e despesas financeiras:*** As receitas financeiras compreendem, substancialmente, receitas de juros de aplicações financeiras, variação cambial e variações credoras no valor justo de instrumentos financeiros utilizados na proteção a risco de moeda e juros, assim como ganhos realizados na liquidação de tais instrumentos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem, substancialmente, despesas com juros sobre empréstimos, e variações a débito no valor justo de instrumentos financeiros utilizados na proteção a risco de moeda e juros, assim como perda na liquidação de tais instrumentos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. ***c. Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. *(i) Imposto corrente:* O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os impostos correntes também incluem qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos. *(ii) Imposto diferido:* O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, sejam referentes a impostos lançados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação ou sobre entidades tributáveis distintas mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. *(iii) Exposições fiscais:* Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações pode se tornar disponíveis, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações da provisão impactarão a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas. **o. Informação por segmento:** As normas IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento requerem que os segmentos sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados pelo principal tomador de decisões operacionais, o Presidente Executivo, para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. Embora a Companhia atue em diferentes áreas dentro do setor sucroenergético, a Administração considera ter dois segmentos operacionais: Açúcar/Etanol e Serviços. Vide nota explicativa nº 5. **p. Lucro líquido por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. **q. Demonstrações do valor adicionado:** A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) consolidada e individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2016, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas que podem ser relevantes para o Grupo estão mencionadas abaixo. O Grupo não planeja adotar esta norma de forma antecipada. ***IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009):*** A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. ***IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes):*** A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS . A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando um abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras em suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os resultados reportados ao presidente executivo, principal tomador de decisões da Companhia, são apresentados pelos segmentos: Açúcar/Etanol e Serviços. A seguir estão apresentadas as descrições dos segmentos operacionais da Companhia: • **Açúcar/Etanol** - Compra e venda de açúcar bruto e açúcar branco no mercado nacional e internacional; compra e venda de etanol hidratado e anidro no mercado nacional e internacional; e compra e venda de biocombustíveis na América do Norte. • **Serviços** - Compreendem os resultados de prestação de serviços de armazenagem, logística e elevação de açúcar e etanol. As informações selecionadas de resultado por segmento, que foram mensuradas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas, são como segue:

	2016			2015		
	Açúcar/Etanol	Serviços	Total	Açúcar/Etanol	Serviços	Total
Receita líquida (a)	25.453.910	351.633	25.805.543	21.248.043	111.425	21.359.468
Custo de vendas	(24.657.601)	(179.034)	(24.836.635)	(20.451.930)	(831)	(20.452.761)
Margem bruta	796.309	172.599	968.908	796.113	110.594	906.707

(a) Os valores apresentados como Receita Líquida em 31 de março de 2016 e 2015 contemplam a Receita com Instrumentos Financeiros Derivativos não realizados divulgada separadamente nas demonstrações de resultados.

Os outros itens do resultado, assim como as informações sobre ativos e passivos, não são apresentados nas informações por segmento, pois é possível utilizar a margem bruta para avaliar o desempenho dos segmentos.

A composição da receita operacional líquida por região geográfica é:

Região/País	2016	2015
África do Sul	–	6.222
Alemanha	–	3.687
Arábia Saudita	–	271.638
Bangladesh	–	51.511
Brasil	7.911.580	5.722.251
Canadá	981.488	853.982
China	19.973	66.648
Cingapura	–	157.874
Colômbia	433	10.108
Coréia do Sul	76.762	53.641
Egito	–	51.628
Emirados Árabes Unidos	1.087.352	870.392
Estados Unidos	12.123.857	9.742.202
Filipinas	19.989	15.906
Grã-Bretanha	72.994	634.813
Ilhas Seychelles	618.020	587.207
Ilhas Virgens Britânicas	–	4.120
Japão	23.090	–
Malásia	–	228.984
Nigéria	9.332	–
Países Baixos	13.105	21.398
Suécia	9	1.776
Suíça	3.366.022	1.486.456
Uruguai	–	143.358
Total	**26.324.006**	**20.985.802**

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Caixa	32	59	16	26
Depósitos à vista	228.199	558.025	6.746	12.584
Aplicações financeiras	704.623	493.170	698.167	480.774
Total	**932.854**	**1.051.254**	**704.929**	**493.384**

Os depósitos à vista correspondem aos saldos bancários em conta-corrente. Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda fixa, remunerados substancialmente a 100,5% da variação do CDI-CETIP - Certificado de Depósito Interbancário, possuindo liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda de rendimento. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota explicativa n° 22.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Clientes no mercado interno		370.134	414.444	371.547	418.206
Clientes no mercado externo		376.479	380.443	13.848	1.009
Partes relacionadas	24	27.475	27.038	45.025	397.155
Total		**774.088**	**821.925**	**430.420**	**816.370**

A exposição da Companhia a riscos de crédito, bem como as médias das idades dos saldos, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na nota explicativa nº 22. As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado. A Companhia avaliou o ajuste a valor presente, com a taxa de mercado CDI - Certificado de Depósito Interbancário, dos seus saldos de contas a receber de cliente em 31 de março de 2016 e 2015, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados no balanço considerando que a maioria dos itens do contas a receber é emitida com vencimentos em média de 20 dias.

8. ESTOQUES

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Açúcar	1.270.309	1.431.904	569.963	508.797
Etanol	1.007.047	1.106.719	511.116	731.537
Gasolina	–	12.953	–	–
RIN/LCFS	38.071	2.358	–	–
Gás Natural	4.298	–	–	–
Almoxarifado, embalagem e outros	148	3.358	6.193	1.965
Total	**2.319.873**	**2.557.292**	**1.087.272**	**1.242.299**

Para os estoques de açúcar com destino ao mercado externo há um adiantamento a clientes no passivo (pré-pagamento) no montante de R$873.163 em 2016 e R$1.220.788 em 2015, conforme nota explicativa nº 20, da coligada Alvean Sugar S.L. Os estoques da Companhia estão de acordo com o percentual mínimo obrigatório exigido pela Resolução ANP nº 67 de dezembro de 2011 (artigo10). Os estoques de produtos comercializáveis, açúcar, etanol, gasolina (e derivados de gasolina), RINs e LCFS (Renewable Identification Numbers) são valorizados pelo seu valor justo com base em preços de mercado ("mark to market") menos os custos para venda. Mensalmente é realizada a comparação do custo de aquisição, sem incluir gastos com frete, armazenagem e impostos recuperáveis, e o preço, na data-base, equivalente no mercado. Os preços de referência são públicos e são obtidos de mercados ativos, como segue: • Preços de contratos de açúcar bruto negociados na Bolsa de Mercadorias ICE - Intercontinental Exchange (contrato *Sugar #11*)/NYBOT; • Preços de contratos de açúcar no mercado interno divulgados pela CEPEA/ESALQ - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, departamento da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Universidade de São Paulo - USP); • Preços de etanol anidro e hidratado divulgados pela CEPEA/ESALQ - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, departamento da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Universidade de São Paulo - USP); • Preços de etanol anidro dos contratos balcão, base *Ethanol (Platts) T2 FOB Rotterdam*, divulgados pela CME Group; • Preços de etanol anidro dos contratos balcão, base *Chicago Ethanol (Platts) Swap Futures*, divulgados pela CME Group; • Preços de RIN/LCFS, *Renewable Identification Numbers/Low Carbon Fuel Standards*, de diferentes expirações conforme publicados pela *OPIS - Oil Price Information Service/Heating Oil Bio Reference*; • Preço de Gasolina e derivados (C5, CBOB, Conv 93 e NC4) conforme publicado pela *OPIS - Oil Price Information Service* (C5 e NC4), e pela *Platts* - CME Group (CBOB e Conv 93); • Preço do gás natural - *Nymex henry hub gas futures*, divulgados pela CME Group. O valor do ajuste é contabilizado na rubrica de custo das vendas no resultado do exercício. Os preços referência para o valor justo do estoque são os seguintes para cada exercício:

Commodity	Índice mercado	Unidade	2016	2015
Açúcar Bruto	Sugar #11 (ICE/NYBOT)	¢lb	15,35	17,76
Açúcar Branco	Açúcar Cristal (CEPEA/ESALQ)	R$/Ton	1.532,80	1.026,40
Etanol Anidro	Etanol Anidro (CEPEA/ESALQ)	R$/m³	2.113,70	1.420,40
Etanol Hidratado	Etanol Hidratado (CEPEA/ESALQ)	R$/m³	1.906,60	1.261,30
Etanol Anidro (Europa)	Ethanol (Platts) T2 FOB Rotterdam (CME Group)	EUR/m³	454,00	499,00
Etanol Anidro (EUA)	Ethanol (Platts) Chicago Platts (CME Group)	USD/GL	1,55	1,63
Gasolina	OPIS/Platts	USD/GL	–	1,60
RIN	OPIS/Heating Oil Reference	US$/unidade	0,82	0,68
Gás Natural	Nymex henry hub gas futures	USD/mmbtu	1,80	–

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
ICMS	92.742	159.149	92.473	159.059
IPI	9.265	9.265	9.265	9.265
PIS	16.285	21.899	10.899	18.992
COFINS	49.540	87.437	49.540	87.359
IRPJ	121.683	82.247	94.893	81.269
CSLL	6.924	13.589	7.126	13.389
Total	**296.439**	**373.586**	**264.196**	**369.333**
Total circulante	296.439	303.213	264.196	298.960
Total não circulante	–	70.373	–	70.373

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Nota	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Controladora 2016	Controladora 2015
Partes relacionadas	24	213.758	1.485.073	2	2
Outros fornecedores		232.804	280.016	16.691	15.000
Total		**446.562**	**1.765.089**	**16.693**	**15.002**

Corresponde aos adiantamentos para futura entrega de açúcar das safras 2016/2017.

11. OPERAÇÕES COM BOLSA DE VALORES

Refere-se aos saldos a receber e a pagar de valores depositados referentes à margem e aos prêmios e ajustes pagos ou recebidos nas transações com instrumentos derivativos não liquidados na Bolsa de Valores.

12. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

Impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

• Consolidado

	Ativos 2016	Ativos 2015	Passivos 2016	Passivos 2015	Líquido 2016	Líquido 2015
Intangíveis	14.974	14.974	–	–	14.974	14.974
Variação cambial diferida	42.307	8.379	–	–	42.307	8.379
Provisões	14.242	16.369	15.827	2.378	30.069	18.747
Depreciação	–	–	(52.650)	(8.798)	(52.650)	(8.798)
Prejuízo fiscal a compensar	254.194	206.959	(4.696)	(8.170)	249.498	198.789
Valor justo dos estoques	(70.008)	(3.735)	(375)	–	(70.383)	(3.735)
Derivativos	12.645	–	(52.657)	(10.394)	(40.012)	(10.394)
Custo atribuído	–	–	(6.827)	(7.247)	(6.827)	(7.247)
Hedge de investimento no exterior	143.472	88.586	44	–	143.516	88.586
Outros	3	5	(13.515)	(3.715)	(13.512)	(3.710)
Total	**411.829**	**331.537**	**(114.849)**	**(35.946)**	**296.980**	**295.591**

• Controladora

	Ativos 2016	Ativos 2015	Passivos 2016	Passivos 2015	Líquido 2016	Líquido 2015
Intangíveis	14.974	14.974	–	–	14.974	14.974
Variação cambial diferida	42.160	8.655	–	–	42.160	8.655
Provisões	8.657	11.068	–	–	8.657	11.068
Prejuízo fiscal a compensar	246.590	194.009	(4.696)	(8.170)	241.894	185.839
Valor justo dos estoques	(70.008)	(3.735)	–	–	(70.008)	(3.735)
Derivativos	12.645	–	(52.657)	(10.394)	(40.012)	(10.394)
Hedge de investimento no exterior	143.472	88.586	–	–	143.472	88.586
Outras	3	–	–	–	3	–
Total	**398.493**	**313.557**	**(57.353)**	**(18.564)**	**341.140**	**294.993**

Movimentação das diferenças temporárias durante o exercício:

Consolidado	Saldo em 2014	Reconhecida no resultado	Reconhecida em outros resultados abrangentes	Saldo em 2015	Reconhecida no resultado	Reconhecida em outros resultados abrangentes	Saldo em 2016
Intangíveis	14.974	–	–	14.974	–	–	14.974
Variação cambial diferida	(1.724)	10.103	–	8.379	33.928	–	42.307
Provisões	22.446	(3.699)	–	18.747	11.322	–	30.069
Depreciação	(13.910)	5.112	–	(8.798)	(43.852)	–	(52.650)
Prejuízo fiscal a compensar	101.337	97.452	–	198.789	50.709	–	249.498
Valor justo dos estoques	(26.494)	22.759	–	(3.735)	(66.648)	–	(70.383)
Derivativos	–	(10.394)	–	(10.394)	(29.618)	–	(40.012)
Custo atribuído	(7.258)	11	–	(7.247)	420	–	(6.827)
Hedge de investimento no exterior	–	–	88.586	88.586	–	54.930	143.516
Outras	(508)	(3.202)	–	(3.710)	(9.802)	–	(13.512)
Total	**88.863**	**118.142**	**88.586**	**295.591**	**(53.541)**	**54.930**	**296.980**

Controladora	Saldo em 2014	Reconhecida no resultado	Reconhecida em outros resultados abrangentes	Saldo em 2015	Reconhecida no resultado	Reconhecida em outros resultados abrangentes	Saldo em 2016
Intangíveis	14.974	–	–	14.974	–	–	14.974
Variação cambial diferida	(1.724)	10.379	–	8.655	33.505	–	42.160
Provisões	14.422	(3.354)	–	11.068	(2.411)	–	8.657
Prejuízo fiscal a compensar	88.716	97.123	–	185.839	56.055	–	241.894
Valor justo dos estoques	(12.058)	8.323	–	(3.735)	(66.273)	–	(70.008)
Derivativos	–	(10.394)	–	(10.394)	(29.618)	–	(40.012)
Custo atribuído	(407)	407	–	–	–	–	–
Hedge de investimento no exterior	–	–	88.586	88.586	–	54.886	143.472
Outros	–	–	–	–	3	–	3
Total	**103.923**	**102.484**	**88.586**	**294.993**	**(8.739)**	**54.886**	**341.140**

Os ativos fiscais diferidos foram reconhecidos, uma vez que a Administração analisou suas estimativas de resultados futuros e considerou provável que os lucros tributáveis futuros estariam disponíveis, podendo ser utilizados contra tais despesas.

13. INVESTIMENTOS

A Companhia registrou uma perda de R$ 231.246 na controladora e R$ 67.461 no consolidado em 31 de março de 2016 (ganho de R$ 71.280 na controladora e R$ 22.276 no consolidado em 31 de março de 2015) de equivalência patrimonial de suas coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto nas demonstrações financeiras individuais. O quadro abaixo apresenta um sumário do resultado de equivalência em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto.

2016	Participação - %	Quantidade de ações	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Outros resultados	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial Controladora	Equivalência patrimonial Consolidado
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais **(a)**	99,99995	2.019.842	26.273	327.972	354.245	114.899	94.182	209.081	145.164	182.392	(148.842)	33.550	33.550	–
Copersucar Armazéns Gerais **(a)**	99,99997	3.512.925	4.811	9.257	14.068	1.624	270	1.894	12.174	12.084	(12.910)	(826)	(826)	–
Sugar Express Transportes S.A. **(a)**	99,99000	49.995	9.960	2.418	12.378	1.742	13.229	14.971	(2.593)	13.744	(14.365)	(621)	(621)	–
Copersucar International N.V. **(a)**	100,00000	24.253.702	–	–	–	–	–	–	–	–	(228.675)	(228.675)	(228.675)	–
Copersucar Trading A.V.V. **(a)**	100,00000	24.253.702	1.719.958	655	1.720.613	1.544.123	–	1.544.123	176.490	7.161.002	(7.144.502)	16.500	16.500	–
Copersucar North America LLC **(a)**	100,00000	100	1.055.590	566.545	1.622.135	625.746	717.128	1.342.874	279.261	12.371.482	(12.354.108)	17.374	17.374	–
CTC-Centro de Tecnologia Canavieira S.A. **(c)**	17,6751	134.331	347.339	348.622	695.961	63.682	201.438	265.120	430.841	144.342	(141.319)	3.023	566	566
Uniduto Logística S.A. **(c)**	39,0737	91.784.883	2.615	82.465	85.080	3.068	–	3.068	82.012	9	(305)	(296)	(116)	(116)
Logum Logística S.A. **(b)**	20,00000	281.560.777	533.903	1.971.148	2.505.051	2.236.615	–	2.236.615	268.436	246.782	(480.930)	(234.148)	(46.830)	(46.830)
Alvean Sugar Intermediação e Agenciamento Ltda**. (b)**	50,00000	100.000	3.502	707	4.209	2.171	6	2.177	2.032	16.089	(14.511)	1.578	789	789
Alvean Sugar, S.L. **(b)**	50,00000	764.020	4.184.505	87.456	4.271.961	2.812.560	79.847	2.892.407	1.379.554	13.881.390	(13.927.304)	(45.914)	(22.957)	(22.957)
Copa Shipping **(b)**	50,00000	25.000	–	–	–	–	–	–	–	1.200	–	1.200	–	600
Terminal de Richmond, VA **(b)**	50,00000	–	1.605	11.225	12.830	733	–	733	12.097	974	–	974	–	487
													(231.246)	(67.461)
2015														
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais **(a)**	99,99995	2.019.842	64.936	324.646	389.582	104.194	173.689	277.883	111.699	99.148	(87.389)	11.759	11.759	–
Copersucar Armazéns Gerais S.A. **(a)**	99,99997	3.512.925	7.226	7.721	14.947	1.696	250	1.946	13.001	12.310	(13.466)	(1.156)	(1.156)	–
Sugar Express Transportes S.A. **(a)**	99,99000	49.995	6.951	2.278	9.229	993	10.208	11.201	(1.972)	10.514	(9.044)	1.470	1.470	–
Copersucar International N.V. **(a)**	100,00000	24.253.702	–	838.665	838.665	–	–	–	838.665	42.285	–	42.285	42.285	–
Copersucar North América LLC **(a)**	100,00000	100	889.577	445.675	1.335.252	505.698	531.191	1.036.889	298.363	9.872.672	(9.874.347)	(1.675)	(1.675)	–
CTC-Centro de Tecnologia Canavieira S.A. **(c)**	18,51160	132.938	173.865	284.857	458.722	36.652	89.750	126.402	332.320	132.723	(121.054)	11.669	2.670	2.670
Uniduto Logística S.A. **(c)**	39,07370	91.784.883	1.104	62.473	63.577	9	–	9	63.568	30	(368)	(338)	(132)	(132)
Logum Logística S.A. **(b)**	20,00000	281.560.777	164.266	1.885.614	2.049.880	1.728.055	–	1.728.055	321.825	135.981	(281.247)	(145.266)	(29.053)	(29.053)
Alvean Sugar Intermediação e Agenciamento Ltda. **(b)**	50,00000	100.000	1.297	500	1.797	1.345	–	1.345	452	5.775	(5.423)	352	176	176
Alvean Sugar, S.L. **(b)**	50,00000	764.020	2.990.555	42.532	3.033.087	1.632.080	34.248	1.666.328	1.366.759	2.986.002	(2.896.124)	89.878	44.936	44.939
Copa Shipping **(b)**	50,00000	25.000	14.259	71	14.330	9.552	565	10.117	4.213	275.619	(268.263)	7.356	–	3.676
													71.280	22.276

(a) Controlada; **(b)** Controle conjunto; **(c)** Coligada.

O quadro abaixo apresenta a composição dos investimentos:

	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Controladora 2016	Controladora 2015
Copersucar Armazéns Gerais S.A.	–	–	12.175	13.001
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	–	–	136.776	111.699
Logum Logistica S.A.	53.535	64.365	53.535	64.365
Uniduto Logistica S.A.	37.851	30.242	37.851	30.242
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	77.763	63.141	77.763	63.141
Copa Shipping Company Limited	–	2.107	–	–
Copersucar North América LLC	–	–	170.915	139.671
Copersucar International N.V.	–	–	–	838.665
Copersucar Trading A.V.V.	–	–	176.490	–
Alvean Sugar Intermediação e Agenciamento Ltda.	1.016	226	1.016	226
Alvean Sugar, S.L.	689.780	683.380	689.780	683.380
	859.945	**843.461**	**1.356.301**	**1.944.390**
Outros investimentos não consolidados - avaliados pelo valor justo:				
Outros investimentos	7.191	856	133	133
	7.191	**856**	**133**	**133**
Total do Investimento	**867.136**	**844.317**	**1.356.434**	**1.944.523**
Passivo a Descoberto da Controlada:				
Sugar Express Transporte S.A.	**–**	**–**	**(2.593)**	**(1.972)**

A investida Centro de Tecnologia Canavieira S.A. em reunião do conselho de administração realizada em 24 de fevereiro de 2016 deliberou e aprovou o aumento de capital no montante de R$ 94.589, mediante a emissão de 41.869 novas ações ordinárias. A participação da Copersucar S.A. passou de 18,5116% para 17,6751% em 31 de março de 2016, gerando um ganho de participação de R$ 10.882 registrados na rubrica de "outras receitas".

14. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Controladora	Terrenos	Construções e Benfeitorias	Ativo em construção	Total
Custo				
Saldo em 2015	15.527	57.427	26	72.980
Transferências	–	1.390	–	1.390
Saldo em 2016	**15.527**	**58.817**	**26**	**74.370**
Depreciações				
Saldo em 2015	–	(2.684)	–	(2.684)
Depreciações do exercício	–	(1.444)	–	(1.444)
Saldo em 2016	**–**	**(4.128)**	**–**	**(4.128)**
Valor contábil líquido				
Em 2015	**15.527**	**54.743**	**26**	**70.296**
Em 2016	**15.527**	**54.689**	**26**	**70.242**

A controladora Copersucar S.A. possui um armazém e um parque de tancagem que são mantidos como propriedades para investimento por meio de arrendamento à parte relacionada - Copersucar Armazéns Gerais. O prazo destes arrendamentos são de dois anos e cinco anos, respectivamente. Renovações subsequentes podem ocorrer, caso acordadas entre as partes. Nenhum aluguel contingente é cobrado. A estimativa de valor justo deste ativo não difere do custo de aquisição.

15. IMOBILIZADO

Consolidado	Terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de processamento de dados	Móveis e utensílios	Veículos	Lastros de produtos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Imobilizado em construção	Total
Custo										
Saldo em 2015	27.354	78.909	306.384	2.540	5.936	16.619	–	179.674	176.968	794.384
Adições	170	–	2.249	91	4.485	7.166	1.459	1.668	149.319	166.607
Variação cambial	1.610	2.744	14.894	–	891	1.062	–	1.681	5.081	27.963
Alienações	(3.084)	(5.554)	(22.695)	(35)	(51)	(991)	–	(5.042)	–	(37.452)
Transferências	225	(16)	89.644	–	92	199	–	84.792	(178.549)	(3.613)
Saldo em 2016	**26.275**	**76.083**	**390.476**	**2.596**	**11.353**	**24.055**	**1.459**	**262.773**	**152.819**	**947.889**
Depreciações										
Saldo em 2015	**–**	**(5.262)**	**(75.214)**	**(1.668)**	**(2.400)**	**(3.872)**	**–**	**(33.352)**	**–**	**(121.768)**
Depreciações do exercício	–	(3.663)	(23.487)	(156)	(3.148)	(2.599)	–	(10.656)	–	(43.709)
Variação cambial	–	(43)	(750)	–	25	(298)	–	(233)	–	(1.299)
Alienações	–	1.386	6.562	26	1.063	469	–	876	–	10.382
Transferências	–	–	–	–	2	(201)	–	–	–	(199)
Saldo em 2016	**–**	**(7.582)**	**(92.889)**	**(1.798)**	**(4.458)**	**(6.501)**	**–**	**(43.365)**	**–**	**(156.593)**
Valor líquido contábil										
Em 2015	**27.354**	**73.647**	**231.170**	**872**	**3.536**	**12.747**	**–**	**146.322**	**176.968**	**672.616**
Em 2016	**26.275**	**68.501**	**297.587**	**798**	**6.895**	**17.554**	**1.459**	**219.408**	**152.819**	**791.296**

Controladora	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de processamento de dados	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em construção	Total
Custo						
Saldo em 2015	72.557	2.237	2.730	2.086	17.386	96.996
Adições	–	69	19	239	24.547	24.874
Alienações	–	(13)	(1)	(634)	–	(648)
Transferências	30.444	–	21	–	(35.423)	(4.958)
Saldo em 2016	**103.001**	**2.293**	**2.769**	**1.691**	**6.510**	**116.264**
Depreciações						
Saldo em 2015	**(3.626)**	**(1.501)**	**(1.110)**	**(353)**	**–**	**(6.590)**
Depreciações do exercício	(3.724)	(115)	(188)	(171)	–	(4.198)
Alienações	–	10	–	177	–	187
Saldo em 2016	**(7.350)**	**(1.606)**	**(1.298)**	**(347)**	**–**	**(10.601)**
Valor líquido contábil						
Em 2015	**68.931**	**736**	**1.620**	**1.733**	**17.386**	**90.406**
Em 2016	**95.651**	**687**	**1.471**	**1.344**	**6.510**	**105.663**

Imobilizado em construção: A Companhia possui um imóvel na cidade de Paulínia (SP), no qual foram realizadas obras de instalação de parque de tanques para armazenagem e logística de etanol. As obras foram finalizadas e transferidas em 30 de setembro de 2014 para o Imobilizado e para Propriedade para Investimento. Através de sua controlada, Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais, a Companhia finalizou o projeto de reforma do Terminal Açucareiro Copersucar - TAC, situado no porto de Santos-SP, atingido pelo incêndio em outubro de 2013. A Companhia avaliou os custos de empréstimos capitalizáveis e não realizou nenhum ajuste, pois os saldos apurados foram avaliados e considerados irrelevantes.

16. INTANGÍVEL

Consolidado	*Softwares*	Marcas	Ágio	Relacionamento com clientes e outros	Total
Custo					
Saldo em 2015	41.748	6.773	184.310	50.712	283.543
Variação cambial	769	772	19.764	5.950	27.255
Adições	1.025	–	3.750	–	4.775
Transferências do imobilizado	8.160	–	–	–	8.160
Saldo em 2016	**51.702**	**7.545**	**207.824**	**56.662**	**323.733**
Amortizações					
Saldo em 2015	(19.027)	(1.192)	–	(10.223)	(30.442)
Variação cambial	(501)	(162)	–	(1.416)	(2.079)
Amortização do exercício	(8.670)	(797)	–	(5.912)	(15.379)
Transferências do imobilizado	(4.348)	–	–	–	(4.348)
Saldo em 2016	**(32.546)**	**(2.151)**	**–**	**(17.551)**	**(52.248)**
Valor líquido contábil					
Em 2015	**22.721**	**5.581**	**184.310**	**40.489**	**253.101**
Em 2016	**19.156**	**5.394**	**207.824**	**39.111**	**271.485**

Controladora	*Softwares*	Marcas	Total
Custo			
Saldo em 2015	31.218	137	31.355
Adições	6	–	6
Transferências	3.569	–	3.569
Saldo em 2016	**34.793**	**137**	**34.930**
Saldo em 2015	(12.654)	–	(12.654)
Amortização do exercício	(6.318)	–	(6.318)
Saldo em 2016	**(18.972)**	**–**	**(18.972)**
Valor líquido contábil			
Em 2015	**18.564**	**137**	**18.701**
Em 2016	**15.821**	**137**	**15.958**

17. FORNECEDORES

	Nota	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Controladora 2016	Controladora 2015
Fornecedores		506.555	623.828	64.141	65.685
Partes relacionadas	24	967.742	2.081.170	964.176	2.131.228
Total		**1.474.297**	**2.704.998**	**1.028.317**	**2.196.913**

Os saldos de fornecedores e partes relacionadas correspondem ao item contas a pagar de aquisição de açúcar e etanol. A exposição da Companhia a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar, a fornecedores e a outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa nº 22.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota explicativa nº 22.

Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Controladora 2016	Controladora 2015
Nota de Crédito de Exportação	US$	Taxa Pré-fixada	3,54%	2015	–	63.882	–	63.882
Pré-pagamento de Exportação	US$	Taxa Pré-fixada/*Libor*	4,60%	2017	178.491	486.322	–	–
Empréstimo Direto Externo	US$	Taxa Pré-fixada/*Libor*	2,10%	2016 a 2017	1.928.151	1.047.561	1.928.151	1.047.561
Capital de Giro	US$	Taxa Pré-fixada	3,41%	2016 a 2020	689.953	952.777	–	–
Nota de Crédito de Exportação	R$	CDI-CETIP	15,98%	2016 a 2022	560.992	907.861	560.992	907.861
Brazilian Real Note	R$	CDI-CETIP	10,04%	2016	–	217.175	–	217.175
Certificado de Recebíveis de Agronegócio	R$	CDI-CETIP	14,86% *	2018	301.153	300.888	301.153	300.888
BNDES-FINAME	R$	Taxa Pré-fixada	2,50%	2020 a 2021	46.538	54.271	46.538	54.271
BNDES-FINAME	R$	TJLP	9,17%	2016	820	27.546	–	–
BNDES-FINEM	R$	Taxa Pré-fixada	2,50%	2020	20.522	389.278	20.522	389.277
BNDES-FINEM	R$	TJLP	9,05%	2022 a 2024	97.178	37.672	–	–
Total de empréstimos e financiamentos					**3.823.798**	**4.485.233**	**2.857.356**	**2.980.915**
Passivo circulante					**2.243.662**	**2.053.863**	**1.995.014**	**1.558.225**
Passivo não circulante					**1.580.136**	**2.431.370**	**862.342**	**1.422.690**

* Incluindo os custos da operação a taxa média é de 15,68%.

Termos e cronograma de amortização da dívida: Os termos e condições dos empréstimos em aberto são os seguintes:

Consolidado	2016 Valor contábil	2016 Valor justo	2015 Valor contábil	2015 Valor justo
Nota de Crédito de Exportação	560.992	717.306	971.743	1.060.819
Pré-pagamento de Exportação	178.491	190.502	486.322	692.059
Empréstimo Direto Externo	1.928.151	1.824.843	1.047.561	1.141.870
Capital de Giro	689.953	644.315	952.777	987.963
Brazilian Real Note	–	–	217.175	183.839
Certificado de Recebíveis de Agronegócio	301.153	331.195	300.888	300.708
BNDES-FINEM	117.700	117.700	426.950	426.950
BNDES-FINAME	47.358	47.358	81.817	81.817
Total	**3.823.798**	**3.873.219**	**4.485.233**	**4.876.025**

Controladora	2016 Valor contábil	2016 Valor justo	2015 Valor contábil	2015 Valor justo
Nota de Crédito de Exportação	560.992	717.306	971.743	1.060.819
Empréstimo Direto Externo	1.928.151	1.824.843	1.047.561	1.141.870
Brazilian Real Note	–	–	217.175	183.839
Certificado de Recebíveis de Agronegócio	301.153	331.195	300.888	300.708
BNDES-FINEM	20.522	20.522	389.277	389.277
BNDES-FINAME	46.538	46.538	54.271	54.271
Total	**2.857.356**	**2.940.404**	**2.980.915**	**3.130.784**

Vencimentos do principal e juros dos empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2016

	Consolidado	Controladora
Até 6 meses	356.680	294.028
Entre 6 meses e 1 ano	1.886.982	1.700.986
Entre 1 ano e 2 anos	431.614	418.244
Entre 2 ano e 5 anos	1.028.635	354.098
Mais que 5 anos	119.887	90.000
Total	**3.823.798**	**2.857.356**

A Companhia e suas controladas não possuem cláusulas restritivas (*Covenants financeiros*) em seus contratos de empréstimos e financiamentos vigentes. ***Garantias:*** Garantias são fornecidas na contratação de linhas de financiamentos bancários necessários para manter o equilíbrio de caixa da controladora e as controladas, contudo existem garantias recebidas e cedidas à parte relacionada. Do montante apresentado acima, o valor de R$ 3.659.560 está garantido por aval da parte relacionada - Cooperativa (vide nota explicativa nº 24). Os empréstimos e financiamentos abaixo são garantidos por imóveis hipotecados:

Tomadora	Modalidade de financiamento	Vencimento	2016
Copersucar S.A.	BNDES-FINAME (em BRL)	2016	7.907
Copersucar S.A.	BNDES-FINAME (em BRL)	2017	9.459
Copersucar S.A.	BNDES-FINAME (em BRL)	2018	9.459
Copersucar S.A.	BNDES-FINAME (em BRL)	2019	9.459
Copersucar S.A.	BNDES-FINAME (em BRL)	2020	9.459
Copersucar S.A.	BNDES-FINAME (em BRL)	2021	795
Copersucar S.A.	BNDES-FINEM (em BRL)	2016	2.644
Copersucar S.A.	BNDES-FINEM (em BRL)	2017	4.469
Copersucar S.A.	BNDES-FINEM (em BRL)	2018	4.469
Copersucar S.A.	BNDES-FINEM (em BRL)	2019	4.469
Copersucar S.A.	BNDES-FINEM (em BRL)	2020	4.469
			67.058

19. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Controladora 2016	Controladora 2015
ICMS	49.681	60.259	16.185	27.243
PIS	20	36	7	9
COFINS	95	164	32	38
ISS	625	643	17	96
Outros	3.619	10.516	600	745
Total Circulante	**54.040**	**71.618**	**16.841**	**28.131**
Impostos parcelados	321	448	–	–
Total não Circulante	**321**	**448**	**–**	**–**
Total	**54.361**	**72.066**	**16.841**	**28.131**

20. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Nota	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Controladora 2016	Controladora 2015
Clientes mercado interno		685	7.451	476	7.239
Clientes mercado externo		6.343	1.732	–	–
Partes relacionadas	24	873.163	1.220.788	–	–
Total		**880.191**	**1.229.971**	**476**	**7.239**

Os adiantamentos acima da parte relacionada Alvean Sugar S.L., no montante de R$873.163 em 2016, serão compensados com o saldo a entregar de açúcar por parte da Companhia.

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações tributárias e trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Consolidado Tributárias	Consolidado Trabalhistas	Consolidado Total	Controladora Tributárias	Controladora Trabalhistas	Controladora Total
Saldo em 2014	35.113	757	35.870	20.985	–	20.985
Provisões feitas e atualizações durante o exercício	427	603	1.030	–	–	–
Provisões utilizadas durante o exercício	–	(326)	(326)	–	–	–
Saldo em 2015	**35.540**	**1.034**	**36.574**	**20.985**	**–**	**20.985**
Provisões feitas e atualizações durante o exercício	474	144	618	–	8	8
Provisões utilizadas durante o exercício	–	(170)	(170)	–	–	–
Saldo em 2016	**36.014**	**1.008**	**37.022**	**20.985**	**8**	**20.993**

Para as contingências apresentadas acima existem depósitos judiciais para o Consolidado e Controladora que compõem o montante em 31 de março de 2016 de R$ 39.422 e R$ 25.522 respectivamente (R$34.655 e R$ 20.985 em 31 de março de 2015). A Companhia está pleiteando em juízo a exclusão do ICMS da base de cálculo dos PIS e da COFINS, por entender que tal valor (ICMS) não constitui receita ou faturamento e sim imposto estadual e a Companhia é somente um agente arrecadador. Por decorrência da medida judicial, está recolhendo PIS e COFINS com exclusão do ICMS da base de cálculo e depositando em juízo a diferença. A Companhia não possui outras contingências com riscos avaliados como possíveis para perda.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Visão geral: A Companhia está exposta a diversos tipos de riscos, sejam financeiros (risco de mercado, liquidez, crédito/contraparte), legais, operacionais e outros. A partir de uma análise criteriosa a Companhia seleciona aqueles que apresentam maior probabilidade de ocorrência e impacto financeiro, e efetua o monitoramento periódico. Abaixo, os principais riscos definidos como prioritários: • Risco de mercado: preço das *commodities* e da taxa de câmbio; • Risco de crédito/contraparte; • Risco de liquidez; • Risco operacional. Atualmente, a política de gerenciamento de risco adota as seguintes premissas: • Todos os riscos classificados como "prioritários" são identificados, analisados e monitorados; • Limites de uso de capital são aprovados pelo Conselho de Administração; • Todas as exposições são reportadas e mensuradas com frequência apropriada; e a área de gestão de riscos calcula, monitora e reporta os riscos financeiros incorridos pela Copersucar às áreas de negócio, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos; provê as informações necessárias para a definição dos limites de risco ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e Conselho de Administração; e atua de forma proativa junto às áreas de negócio, realizando simulações de risco, recomendando ações de redução de risco e/ou solicitação de limite adicional, visando auxiliar na estruturação da estratégia de negócio das áreas. Nesse processo, a área de Gestão de Riscos reporta-se diretamente ao CEO, como parte da estrutra de governança corporativa da Companhia. **Estrutura do gerenciamento de risco:** O Conselho de Administração tem responsabilidade de estabelecer e supervisionar a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. O Conselho da Administração instituiu o Comitê de Auditoria e Risco, o qual é responsável em conjunto com a área de gestão de riscos pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de risco da Companhia. O Comitê se reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades enquanto que a área de Gestão de Riscos ao presidente executivo. A política de gerenciamento de riscos da Companhia é estabelecida para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites de uso de capital, exposições e controles de riscos, e para monitorar riscos e sua aderência aos limites pre estabelecidos. A política e processo de gerenciamento de riscos são revisados anualmente, ou tempestivamente quando necessário, e visando refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, visa desenvolver um ambiente de controle

continua

continuação

disciplinado e construtivo, ou seja, uma cultura de riscos, com a qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações no que se refere ao gerenciamento e mitigação dos riscos. **Comitê de auditoria e riscos:** O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos é composto por até 6 (seis) membros, integrantes do Conselho de Administração e/ou Conselho Consultivo ou indicados pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos. O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos reúne-se em periodicidades definidas pelo Conselho de Administração, podendo ocorrer convocações extraordinárias sempre que justificáveis para acompanhar e discutir as estratégias que estão sendo executadas. Qualquer alteração na Política Global de Riscos deve ser recomendada pelo Comitê. O Comitê auxilia a Administração e executa papel relevante no modelo de Governança Corporativa adotado na Companhia. As atribuições das atividades são: • Acompanhar o mapeamento de todos os riscos existentes nos negócios da Companhia; • Garantir a aderência dos riscos incorridos com a Política Global de Riscos; • Recomendar ações para disseminar internamente a cultura de sensibilidade a riscos; • Comunicar ao Presidente do Conselho de Administração inobservâncias de normas e regulamentos avaliadas como de alto risco; • Discutir, em conjunto com a área de gestão de riscos, as premissas iniciais para que os limites de risco sejam definidos, considerando a definição do apetitie a risco e estratégia de negócio estabelecidos pelo Conselho de Administração. Entre as premissas estão: volume estimado para a safra subsequente (atuais associados e novos entrantes), expectativas sobre preços e volatilidades e qualquer outro fator que possa influenciar em riscos financeiros; • Definir os limites de risco e encaminhar, através do CEO, para deliberação e aprovação do Conselho de Administração; • Acompanhar e discutir controles internos, relatórios, pendências e questões referentes aos trabalhos de auditoria interna e externa; e • Definir e acompanhar junto à auditoria interna o plano de auditoria interna da Companhia. A Auditoria Interna é responsável por avaliar as atividades da Companhia, identificar desvios e ameaças potenciais ao negócio e fazer sugestões de melhoria em processos operacionais e de tecnologia da informação. Além disso, verifica o cumprimento de regras e questões regulamentares que possam trazer riscos para a companhia. **Risco de crédito:** A política para concessão de crédito a clientes da Copersucar estabelece que seja realizada uma análise abrangendo a situação comercial, econômica e financeira dos clientes a que eventualmente se deseja dar prazo de pagamento, e determina alçadas de aprovação para os referidos limites de crédito. Os clientes que não possuem limite de crédito disponível com a Companhia necessariamente efetuam as compras somente na condição de pagamento antecipado à retirada do produto. As análises possuem validade de até um ano e são compostas, basicamente, por três parâmetros: (i) análise quantitativa contendo avaliação criteriosa dos índices econômico-financeiro relativos a endividamento, liquidez, rentabilidade e ciclos operacionais, relativos a balanços patrimoniais dos últimos três exercícios fiscais; (ii) análise qualitativa que deve conter a estrutura societária, consultas aos órgãos fiscais, Sintegra, Receita Federal e Serasa, relatório de visita técnica, representatividade do cliente no setor em que atua, tempo de atuação no mercado, referências comerciais, relação dos principais fornecedores, relação dos bens da empresa e/ou dos sócios; e (iii) análise de garantias, examinados pelas áreas Financeira e Jurídica e solicitados sob o critério da discricionariedade de sua administração. A área de Gestão de Riscos monitora a relação entre o crédito cedido aos clientes, contra seu volume de contas a receber e o respectivo MTM dos contratos ainda em aberto. Esse monitoramento visa garantir o acompanhamento dos limites de crédito disponibilizados e sugerir quando viável, possíveis reavaliações de tais limites. ***(i) Contas a receber de clientes:*** A Companhia e suas controladas estão sujeitas a risco de crédito. A Administração busca mitigar o risco de crédito por meio de uma política de crédito rigorosa, seletividade de seus clientes, acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmentos de negócios e limites individuais de crédito, procedimentos estes adotados a fim de minimizar eventuais riscos de inadimplência em suas contas a receber de clientes. A Companhia opera nos segmentos de açúcar, etanol e prestação de serviços de elevação de açúcar em seu terminal portuário. Nos clientes de mercado interno o prazo médio de recebimento é de 40 (quarenta) dias para o açúcar, já nas vendas de etanol, 70% dos clientes têm um prazo de recebimento de 12 (doze) dias e o saldo de 30% com recebimentos à vista. Com relação a contas a receber do mercado externo, incluindo América Latina, cerca de 80% dos processos de exportação pagam na modalidade *Cash Against Documents*, ou seja, somente após o pagamento da obrigação, os documentos são liberados ao cliente para que possa fazer o desembarque da mercadoria. No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os mesmos são analisados conforme classificação de risco de crédito e setorização. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações dentro do prazo de vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de mercado:** Risco de mercado representa a possibilidade de perdas financeiras que a Companhia está exposta, oriunda das variações sobre os preços das *commodities*, taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar e monitorar todas as exposições a esses riscos para que fiquem dentro de parâmetros aceitáveis, definidos pelo Conselho de Administração. A Companhia compra e vende derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Auditoria e Risco e deliberadas pelo Conselho de Administração. ***(i) Risco de preço de commodities:*** A Companhia opera com derivativos de *commodities* para minimizar a variabilidade do seu resultado causada pelo reconhecimento contábil de ativos e passivos, direitos e obrigações a valor justo, valorizados de acordo com a cotação dos preços de *commodities* nas Bolsas Internacionais (ICE/NYBOT, OPIS, PLATTS e LIFFE) e índices divulgados pela CEPEA/ESALQ. As exposições a este tipo de risco são constantemente atualizadas, em virtude do curso normal de negócios da Companhia. Portanto, a gestão dessa exposição ocorre dinamicamente por meio de contratos derivativos com o objetivo de realizar ajustes de *hedge* de acordo com a nova necessidade. A utilização desses contratos derivativos é monitorada e baseada no limite de risco pre estabelecido pelo Conselho de Administração. A Companhia não possui usinas produtoras de açúcar e etanol. Para o açúcar a matéria-prima comercializada é adquirida de unidades produtoras sócias, enquanto para o Etanol apenas 5% advém de unidades produtoras não sócias. Conforme contrato de fornecimento firmado entre a Copersucar S.A. e a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, partes sócias, o preço de negociação é formado com base no índice CEPEA/ESALQ no período da entrega da mercadoria. O açúcar é comercializado no mercado interno e externo, e o preço de venda é formado pelo preço do açúcar *Sugar #11/ICE* da Bolsa de Nova York. Isso faz com que este seja o principal fator de risco do portfólio. A exposição líquida entre compras e vendas é gerenciada por meio de instrumentos financeiros derivativos de açúcar *Sugar #11/ICE* (futuros ou de balcão) referenciados à mesma Bolsa e é monitorada por meio dos limites de risco pre estabelecidos pelo Conselho de Administração. O etanol também é comercializado no mercado interno e externo, e o seu preço de venda é formado pelo indicador CEPEA/ESALQ. Isso faz com que este seja o principal fator de risco deste portfólio. Dessa forma toda a posição líquida entre compras e vendas com preço fixo acaba exposta ao risco de variação de preço do etanol. O monitoramento de exposição e riscos é realizado por meio dos limites pre estabelecidos pelo Conselho de Administração. Os ganhos ou perdas originados desses instrumentos de proteção são registrados no resultado do exercício. Para minimizar o risco e os efeitos da volatilidade das variações de preços de commodities, principalmente relacionados ao etanol, milho, gás natural e outras commodities, a controlada Eco-Energy utiliza vários instrumentos financeiros derivados, incluindo futuros negociados em bolsa, negociado em balcão, swaps e contratos de opções. A Eco-Energy monitora e administra essa exposição como parte da sua política global de gestão de riscos. Como tal, a Companhia busca reduzir os efeitos potencialmente negativos que a volatilidade desses mercados pode ter sobre seus resultados operacionais. A Eco-Energy poderá tomar posições de cobertura nestes produtos como uma maneira de mitigar o risco. ***(ii) Risco de moeda:*** A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos e investimentos denominados em moeda diferente da respectiva moeda funcional da Companhia, no caso o Real (R$). A Companhia utiliza Contratos de Balcão para proteger seu risco de moeda, com vencimento de menos de um ano da data das demonstrações financeiras. Quando necessário esses contratos são renovados no vencimento. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são gerenciados pela sua exposição líquida, por meio de compras e vendas de moeda estrangeira a taxas à vista ou futuras (*forwards*), quando necessário, substancialmente para exposições de curto prazo. Os principais montantes dos empréstimos bancários da Companhia em USD são protegidos utilizando contratos de *swap*, de balcão ou compensados com ativos indexados na mesma moeda. Juros sobre empréstimos são denominados na moeda do empréstimo. Em geral, os empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações básicas da Companhia, principalmente em Reais, mas também em USD. As exposições a este tipo de risco são constantemente atualizadas, em virtude do curso normal de negócios da Companhia. Portanto, a gestão dessa exposição e seus limites ocorrem dinamicamente por meio de contratos derivativos com o objetivo de realizar ajustes de *hedge* de acordo com a nova necessidade. A utilização desses contratos derivativos é definida anualmente, no limite de risco pre estabelecido pelo Conselho de Administração e monitorada pelos Executivos da Companhia e Comitê de Auditoria e Risco. a. Hedge accounting de investimento no exterior: A Companhia utiliza instrumentos financeiros (NDF - Non Deliverable Forward) para proteção da variação cambial sobre os investimentos em sua Controlada na Espanha - Alvean e da Copersucar North America, cuja moeda funcional é o Dólar. b. Hedge de fluxo de caixa: A controlada Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais possui o hedge de fluxo de caixa para a proteção contra exposição da variação do câmbio do contrato firmado com a Alvean Sugar S.L. ***(iii) Risco de taxa de juros:*** A dívida da Companhia está atrelada a taxas fixas e variáveis, portanto está exposta a variações na taxa de juros. O risco de exposição do CDI é parcialmente compensado por aplicações financeiras. O gerenciamento do custo financeiro total da Companhia possui como objetivo fazer com que seu custo financeiro esteja em linha com o praticado pelo mercado, considerando entidades com porte similar. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais visando mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando assim, a eficácia de custos evitando procedimentos de controle que não são eficazes. **Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma base de capital suficiente para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado. O principal objetivo é o desenvolvimento futuro de negócios. A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Também faz parte da carteira de instrumentos financeiros, as operações com instrumentos financeiros derivativos que são contratadas para proteção da volatilidade de mercado, bem como, as operações de compra e venda a termo de mercadoria com a Cooperativa. Para esse fim são utilizados os seguintes instrumentos de proteção: *swap* cambial, operações com NDF - *Non-Deliverable Forwards*, futuros e opções de *commodities* e moeda. **Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo:** Durante os exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2015, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros. ***Valor justo versus valor contábil:*** Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Consolidado	**Hierarquia do valor justo**	**Valor contábil 2016**	**Valor contábil 2015**	**Valor justo 2016**	**Valor justo 2015**
Instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado					
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1/Nível 2	932.854	1.051.254	932.854	1.051.254
Estoques	Nível 2	2.319.873	2.557.292	2.319.873	2.557.292
Operações com bolsa de valores	Nível 2	79.672	26.145	79.672	26.145
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	Nível 2	323.211	695.661	323.211	695.661
Passivos					
Operações com bolsa de valores	Nível 2	7.653	60.297	7.653	60.297
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	Nível 2	656.478	257.486	656.478	257.486
Empréstimos e recebíveis					
Contas a receber de clientes	Nível 2	774.088	821.925	774.088	821.925
Adiantamentos a fornecedores	Nível 2	446.562	1.765.089	446.562	1.765.089
Outras contas a receber	Nível 2	74.473	129.057	74.473	129.057
Passivos mantidos pelo custo amortizado					
Fornecedores	Nível 2	1.474.297	2.704.998	1.474.297	2.704.998
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	3.823.798	4.485.233	3.873.219	4.876.025
Adiantamentos de clientes	Nível 2	880.191	1.229.971	880.191	1.229.971
Outras contas a pagar	Nível 2	65.881	110.281	65.881	110.281

Controladora	**Hierarquia do valor justo**	**Valor contábil 2016**	**Valor contábil 2015**	**Valor justo 2016**	**Valor justo 2015**
Instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado					
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1/Nível 2	704.929	493.384	704.929	493.384
Estoques	Nível 2	1.087.272	1.242.299	1.087.272	1.242.299
Operações com bolsa de valores	Nível 2	–	8	–	8
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	Nível 2	154.954	275.899	154.954	275.899
Passivos					
Operações com bolsa de valores	Nível 2	38	–	38	–
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	Nível 2	313.522	196.181	313.522	196.181
Empréstimos e recebíveis					
Contas a receber de clientes	Nível 2	430.420	816.370	430.420	816.370
Adiantamentos a fornecedores	Nível 2	16.693	15.002	16.693	15.002
Outras contas a receber	Nível 2	30.228	45.597	30.228	45.597
Empréstimos concedidos - partes relacionadas	Nível 2	13.669	95.009	13.669	95.009
Passivos mantidos pelo custo amortizado					
Fornecedores	Nível 2	1.028.317	2.196.913	1.028.317	2.196.913
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	2.857.356	2.980.915	2.940.404	3.130.784
Adiantamentos de clientes	Nível 2	476	7.239	476	7.239
Outras contas a pagar	Nível 2	9.480	5.538	9.480	5.538

Os valores justos se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados no balanço patrimonial. O cálculo do valor justo dos empréstimos e financiamentos está demonstrado na nota 3.d. ***Hierarquia de valor justo:*** A tabela acima fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo. As descrições das hierarquias estão demonstradas na nota 3 e. **Riscos de crédito:** ***Exposição a riscos de crédito:***A exposição máxima do risco do crédito está substancialmente concentrada nos instrumentos financeiros abaixo:

	Consolidado 2016	**Consolidado 2015**	**Controladora 2016**	**Controladora 2015**
Depósitos à vista	228.199	558.025	6.746	12.584
Aplicações financeiras	704.623	493.170	698.167	480.774
Contas a receber de clientes	774.088	821.925	430.420	816.370
Adiantamentos a fornecedores	446.562	1.765.089	16.693	15.002
Operações com bolsa de valores	79.672	26.145	–	8
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	323.211	695.661	154.954	275.899
Outras contas a receber	74.473	129.057	30.228	45.597

As operações de aplicações financeiras são pulverizadas em diversas instituições financeiras, consideradas pelo mercado de primeira linha. Os três clientes mais relevantes da Companhia são responsáveis por R$158 mil dos recebíveis em 31 de março de 2016 (R$281 mil em 31 de março de 2015), sendo que durante esses exercícios ocorreram troca de relevância entre os clientes.
Perdas por redução no valor recuperável: Os vencimentos das contas a receber de clientes são:

Consolidado	**2016 Bruto**	**2016 PECLD**	**2015 Bruto**	**2015 PECLD**
Não vencidos	718.821	–	766.588	–
Vencidos há 0-30 dias	44.213	–	39.356	–
Vencidos há 31-120 dias	–	–	12.879	–
Acima de 120 dias	12.377	(1.323)	4.121	(1.019)
Total	**775.411**	**(1.323)**	**822.944**	**(1.019)**

Controladora	**2016 Bruto**	**2016 PECLD**	**2015 Bruto**	**2015 PECLD**
Não vencidos	415.436	–	788.787	–
Vencidos há 0-30 dias	11.044	–	22.302	–
Vencidos há 31-120 dias	–	–	4.030	–
Acima de 120 dias	4.806	(866)	2.117	(866)
Total	**431.286**	**(866)**	**817.236**	**(866)**

A despesa com a constituição da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi registrada na rubrica "Despesas de Vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do título, e esta provisão torna-se dedutível de impostos.
Risco de *commodities*

Consolidado	**Volume 2016**	**Volume 2015**	**Notional 2016**	**Notional 2015**
Contratos a termo				
Posição comprada				
Mercadorias				
Açúcar (toneladas)	125.929	356.066	17.151	60.098
Etanol (m^3)	3.353.266	3.994.795	4.499.475	5.026.419
Milho (m^3)	404.418	495.320	477.068	107.377
RIN/LCFS (unidade de crédito)	35.409	7.523	87.590	18.154
Gas natural (mmbtu)	55.450	1.138	346.418	1.383
Derivativos - swap (m^3)	5.247	–	7.567	–
Total			**5.435.269**	**5.213.431**
Contratos futuros (*Forward*)				
Posição vendida				
Mercadorias				
Açúcar (tonelada)	(100.995)	(130.765)	(104.069)	(185.774)
Etanol (m^3)	(4.003.474)	(4.828.219)	(5.474.961)	(6.323.135)
Gasolina (m^3)	(59.620)	(33.228)	(5.078)	(53.960)
Milho (m^3)	(404.418)	(457.330)	(479.419)	(99.270)
RIN/LCFS (unidade de crédito)	(35.981)	(7.568)	(129.452)	(17.804)
Gás natural (mmbtu)	(40.015)	(183)	(254.236)	(1.619)
Total			**(6.447.215)**	**(6.681.562)**

A Companhia utiliza basicamente duas categorias de instrumentos de preço para controle da exposição de *commodities*: **a.** Contratos derivativos futuros negociados diretamente pela Companhia em Bolsa (ICE/NYBOT) ou balcão com instituições financeiras de primeira linha, incluindo nessa categoria o NDF (*Non Deliverable Forward*). Embora a política permita operar com opções com algumas limitações a Companhia não está operando. **b.** Contratos a termo negociados diretamente com clientes e fornecedores: O valor justo dos contratos derivativos futuros e de opções em bolsa é equivalente ao valor de mercado para a reversão de tais posições. As operações realizadas em ambiente de bolsa têm a necessidade da disponibilização de margens iniciais e os ajustes são realizados diariamente, de acordo com a variação do preço referencial. Para os contratos de balcão, a mensuração pelo valor justo é dada pela diferença entre preços fixados na contratação e seus respectivos valores de mercado, via informação pública. Essa mensuração segue os modelos usuais de mercado e são calculadas mensalmente tanto pela Companhia como pelos bancos que intermediam as operações. Para esses contratos não há necessidade de depósitos de margem. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia se dá somente na data de liquidação. A mensuração do valor justo dos contratos a termo com clientes e fornecedores é realizada com base na diferença entre o preço de compra ou venda fixado e o preço de mercado na data-base. Para determinação dos preços de mercado, são utilizados os mesmos indicadores da fixação, ou seja, cotações Sugar #11/ICE. Para cada contrato futuro nas modalidades AA (*Against Actuals*), SEO (*Seller Execution Order*) e BEO (*Buyer Execution Order*), há um contrato físico com as mesmas variáveis de preços e volumes. A metodologia de cálculo do valor justo adota as cotações do contrato nº 11 da ICE FUTURES Intercontinental Exchange de Nova York como base de precificação para a definição dos indicadores, conforme ponderação baseada em percentual pré-atribuído à tela de referência para um determinado mês e também os meses em que as cotações diárias serão utilizadas como base (média) para o cálculo do valor da tela de referência. Nos contratos a termo, está incluído saldos referentes ao Contrato de Fornecimento com a Cooperativa (ver nota explicativa 23). Esses volumes representam a parcela do contrato cujo preço já está definido de acordo com a metodologia da CEPEA, visto que o preço de negociação do contrato segue o índice de Açúcar Bruto CEPEA/ESALQ. O modelo de cálculo do valor justo, na data-base, é determinado pela diferença entre: (i) o valor do índice de Açúcar Bruto CEPEA/ESALQ estimado com base nas cotações médias de preços do contrato Sugar #11/ICE divulgados e (ii) a média de preços Sugar #11/ICE na data-base ponderada de acordo com os volumes de entrega correspondente para cada vencimento de tela na ICE. Os efeitos de polarização (4,05%) e custos de frete e elevação são ajustados ao preço índice de Açúcar Bruto CEPEA/ESALQ. **Análise de sensibilidade para risco de *commodities:*** A Companhia adotou três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável, apresentado, abaixo, e dois que possam apresentar efeitos de depreciação do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia. O cenário provável foi definido internamente pela área de Inteligência de Mercado e representa a expectativa da Companhia com relação à variação deste indicador para os próximos 12 meses. Os cenários: Possível e Remoto são os cenários propostos pela Instrução nº 475/08 da CVM. A metodologia utilizada foi a de *delta MTM*, ou seja, o recálculo do valor justo com estresse de cada cenário sobre a taxa de mercado do dia 31 de março de 2016.

Risco de preço das *commodities*	**Cenários Provável**	**Cenários Possível**	**Cenários Remoto**
Cenários e níveis de preço	***4,6%***	***-25%***	***-50%***
Não derivativos	56.417	(304.931)	(609.863)
Derivativos	(5.529)	29.882	59.766
Efeito total	50.888	(275.049)	(550.097)

Em virtude da sazonalidade do comportamento da cotação da *commodity* - açúcar, esse cenário está sujeito a variações durante o ano/safra. **Risco de liquidez:** A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros incorridos e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Consolidado	**Fluxo de caixa contratual**	**6 meses ou menos**	**De 6 a 12 meses**	**Entre 1 e 2 anos**	**De 2 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**
2016						
Fornecedores	1.474.297	1.474.297	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	3.823.798	356.680	1.886.982	431.614	1.028.635	119.887
Adiantamento de clientes	880.191	880.191	–	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos não realizados:						
- NDF	252.263	252.263	–	–	–	–
- *Swap*	108.797	79.439	29.358	–	–	–
- Futuro de *commodity*	295.418	295.418	–	–	–	–
Outras contas a pagar	65.881	59.012	–	6.869	–	–
2015						
Fornecedores	2.704.998	2.704.998	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	4.485.233	950.823	1.103.040	1.453.810	406.933	570.627
Adiantamento de clientes	1.229.971	1.229.971	–	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos não realizados:						
- NDF	206.819	–	206.819	–	–	–
- *Swap*	4.829	4.829	–	–	–	–
- Futuro de *commodity*	45.838	45.838	–	–	–	–
Outras contas a pagar	110.281	95.790	–	14.491	–	–

Controladora	**Fluxo de caixa contratual**	**6 meses ou menos**	**De 6 a 12 meses**	**Entre 1 e 2 anos**	**De 2 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**
2016						
Fornecedores	1.028.317	1.028.317	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	2.857.356	294.028	1.700.986	418.244	354.098	90.000
Adiantamento de clientes	476	476	–	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos não realizados:						
- NDF	196.374	196.374	–	–	–	–
- *Swap*	108.797	79.439	29.358	–	–	–
- Futuro de *commodity*	8.351	8.351	–	–	–	–
Outras contas a pagar	9.480	9.480	–	–	–	–
2015						
Fornecedores	2.196.913	2.196.913	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	2.980.915	616.723	941.502	501.000	406.933	514.757
Adiantamento de clientes	7.239	7.239	–	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos não realizados:						
- NDF	191.351	–	191.351	–	–	–
- *Swap*	4.830	4.830	–	–	–	–
Outras contas a pagar	5.538	5.538	–	–	–	–

Risco cambial: ***Exposição à moeda estrangeira:*** A exposição da Companhia está substancialmente atrelada à variação do dólar americano (USD) nas datas-base apresentadas abaixo:

Consolidado	**2016**	**2015**
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	221.363	449.047
Contas a receber de clientes	309.705	323.136
Estoques	1.641.898	1.475.860
Adiantamentos a fornecedores	180.293	421.150
Operações com Bolsa de Valores	79.673	52.949
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	168.256	389.961
Impostos a recuperar	26.723	77
Outras contas a receber	46.439	62.893
Investimentos	696.035	683.380
Imobilizado	303.851	209.803
Intangível	254.657	233.518
Passivo		
Fornecedores	(511.486)	(401.274)
Empréstimos e financiamentos	(2.796.595)	(2.550.542)
Adiantamento de clientes	(880.244)	(1.224.774)
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.039)	(3.972)
Impostos e contribuições a recolher	(36.034)	(42.476)
Operações com Bolsa de Valores	(7.615)	(60.296)
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	(342.828)	(61.291)
Passivo fiscal diferido	(44.449)	(2.743)
Outras contas a pagar	(46.798)	(89.488)
Exposição bruta do balanço patrimonial	**(739.195)**	**(135.082)**
Notional derivativos contratados para proteção de risco cambial	**676.886**	**427.838**
Exposição líquida	**(62.309)**	**292.756**

Controladora	**2016**	**2015**
Ativo		
Contas a receber de clientes	16.151	375.925
Estoques	284.596	162.260
Investimentos	689.778	683.380
Passivo		
Fornecedores	(22)	(56.577)
Empréstimos e financiamentos	(1.928.151)	(1.111.443)
Exposição bruta do balanço patrimonial	**(937.648)**	**53.545**
Notional derivativos contratados para proteção de risco cambial	**594.604**	**85.321**
Exposição líquida	**(343.044)**	**138.866**

A exposição cambial da Companhia refere-se basicamente aos saldos contábeis da operação da controlada Copersucar Trading. Os valores abaixo compõem o saldo de *Notional* apresentado acima:

Modalidade	**Vencimento**	**Consolidado 2016**	**Consolidado 2015**	**Controladora 2016**	**Controladora 2015**
NDF de Câmbio (Investimento e Mercadoria)	2016 a 2017	(1.238.988)	(677.627)	(1.321.271)	(1.020.144)
Swap Cambial	2016 a 2017	1.915.874	1.105.465	1.915.875	1.105.465
Total		676.886	427.838	594.604	85.321

Análise de sensibilidade de câmbio: A Companhia adotou três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável, apresentado, abaixo, e dois que possam apresentar efeitos de deterioração no valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia. O cenário provável foi definido internamente pela área de Inteligência de Mercado e representa a expectativa da Companhia com relação à variação deste indicador para os próximos 12 meses. Os cenários possível e remoto são os cenários propostos pelo CPC. A metodologia utilizada foi a de *delta MTM*, ou seja, o recálculo do valor justo com estresse de cada cenário sobre a taxa de mercado do dia 31 de março de 2016, subtraído do valor já reconhecido e apurando-se o valor do resultado no qual a Companhia seria afetada de acordo com cada cenário. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

Risco de câmbio	**Cenários Provável**	**Cenários Possível**	**Cenários Remoto**
Cenários e níveis de preço	**10,9019% (3,9469 BRL/USD)**	**25% (4,4486 BRL/USD)**	**50% (5,3384 BRL/USD)**
Ativo	425.414	975.519	1.951.148
Passivo	(506.001)	(1.160.313)	(2.320.756)
Derivativos	73.794	169.217	338.453
Efeito total	(6.793)	(15.577)	(31.155)

Uma valorização do Real contra as moedas acima, em 31 de março de 2016, teria o mesmo efeito, porém com resultado oposto sobre as moedas apresentadas acima, considerando que todas as outras variáveis se manteriam constantes. **Risco de taxa de juros:** ***Perfil:*** Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros com taxas variáveis era: ***Instrumentos de taxa fixa:*** A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Instrumentos de taxa variável	**Consolidado 2016**	**Consolidado 2015**	**Controladora 2016**	**Controladora 2015**
Ativos financeiros	718.412	485.395	698.067	462.457
Passivos financeiros	(743.625)	(971.427)	(841.624)	(1.036.646)

A Companhia não realiza análise de sensibilidade para instrumentos financeiros vinculados a taxas variáveis de juros, pois considera que estão parcialmente mitigados pelos ativos financeiros. ***Ganhos (perdas) de instrumentos financeiros derivativos não realizados:*** A tabela abaixo sumariza os valores dos ganhos (perdas) registrados em 31 de março de 2016 e 2015 que afetaram o balanço patrimonial e os valores que afetaram o resultado acumulado da Companhia naquelas datas:

Consolidado	**2016 Efeitos no balanço patrimonial Ativo**	**2016 Efeitos no balanço patrimonial Passivo**	**2016 Efeitos no resultado**	**2015 Efeitos no balanço patrimonial Ativo**	**2015 Efeitos no balanço patrimonial Passivo**	**2015 Efeitos no resultado**
Commodities	135.213	295.418	(518.463)	390.272	45.837	373.666
	135.213	295.418	(518.463)	390.272	45.837	373.666
Non Deliverable Forwards	61.715	252.263	141.794	29.491	206.819	13.848
SWAP	126.283	108.797	43.571	275.898	4.830	241.327
	187.998	305.060	185.365	305.389	211.649	255.175
Total	**323.211**	**656.478**		**695.661**	**257.486**	
Circulante	309.310	656.478		677.265	257.486	
Não circulante	13.901	–		18.396	–	

Controladora	**2016 Efeitos no balanço patrimonial Ativo**	**2016 Efeitos no balanço patrimonial Passivo**	**2016 Efeitos no resultado**	**2015 Efeitos no balanço patrimonial Ativo**	**2015 Efeitos no balanço patrimonial Passivo**	**2015 Efeitos no resultado**
Commodities	10.714	8.351	2.144	–	–	–
	10.714	8.351	2.144	–	–	–
Non Deliverable Forwards	17.958	196.374	87.111	–	191.351	7.562
SWAP	126.282	108.797	43.571	275.899	4.830	241.326
Total	144.240	305.171	130.682	275.899	196.181	248.888
Circulante	141.053	313.522		257.503	196.181	
Não circulante	13.901	–		18.396	–	

23. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Vendas: Considerando que a Companhia opera principalmente no mercado de *commodities*, as vendas são substancialmente efetuadas ao preço da data da venda. Entretanto, os contratos são na sua maioria realizados no curto prazo. O volume contratado, em 31 de março de 2016, para açúcar é de 4.282 mil de toneladas (4.194 mil toneladas em 31 de março de 2015) e para o etanol 2.852 mil m³ em 31 de março de 2016 (2.189 mil m³ em 31 de março de 2015). **Compras:** De acordo com o contrato mantido entre a Companhia e sua parte relacionada - Cooperativa, os volumes compromissados em 31 de março de 2016 e 2015 foram de (açúcar em mil toneladas e etanol em mil m³):

Compra	**2016**	**2015**
Açúcar Branco	1.439	1.672
Açúcar Bruto	2.817	3.462
Total	**4.256**	**5.134**
Etanol Anidro	2.769	2.250
Etanol Hidratado	1.642	2.211
Total	**4.411**	**4.461**

Logística: A Companhia tem parcerias estratégicas para prestação de serviços de transporte ferroviário com os seguintes fornecedores: *América Latina Logística - ALL:* • Prestação de serviços de transporte de açúcar em vagões pela malha ferroviária da ALL até o terminal do Porto de Santos (SP), com vencimento para o exercício de 2028; • Transporte de etanol pela malha ferroviária da ALL com destino indicado pela Copersucar. O vencimento desse contrato segue as concessões ferroviárias da ALL. *Ferrovia Centro Atlântica - FCA:* • Transporte de açúcar do terminal de Ribeirão Preto (SP) para o terminal do Porto de Santos (SP), com vencimento no exercício de 2026.

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

24. PARTES RELACIONADAS

Controladora e parte controladora final: As partes controladoras finais da Companhia são os grupos conforme a seguir:

Acionistas - Grupo	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Total de ações	% Participação
Virgolino Oliveira	136.537.290	2	136.537.292	11,0572
Zilor	136.470.950	3	136.470.953	11,0517
Pedra	123.481.862	1	123.481.863	9,9999
Santa Adélia	83.767.543	2	83.767.545	6,7837
Cocal	77.153.075	1	77.153.076	6,2480
Batatais	74.642.239	1	74.642.240	6,0447
Aralco	72.023.093	4	72.023.097	5,8326
Viralcool	70.948.322	2	70.948.324	5,7456
Balbo	67.984.431	3	67.984.434	5,5055
Ipiranga	62.957.606	2	62.957.608	5,0985
São J. da Estiva	42.337.360	1	42.337.361	3,4286
São Manoel	40.320.740	1	40.320.741	3,2653
Ferrari	31.586.248	1	31.586.249	2,5579
Pitangueiras	31.144.060	1	31.144.061	2,5221
Furlan	30.894.483	1	30.894.484	2,5019
São Luiz	28.837.064	1	28.837.065	2,3353
Umoe Bioenergy	26.375.699	1	26.375.700	2,1360
Jacarezinho	19.993.486	1	19.993.487	1,6191
Melhoramentos	16.897.505	2	16.897.507	1,3684
Cerradão	16.393.879	1	16.393.880	1,3276
Santa Lúcia	15.484.721	1	15.484.722	1,2540
Santa Maria	13.826.284	1	13.826.285	1,1197
Caçu	8.744.649	1	8.744.650	0,7082
Decal - Rio Verde	5.980.744	1	5.980.745	0,4843
Outros	51.150	1	51.151	0,0042
	1.234.834.483	37	1.234.834.520	100,0000

Remuneração de pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da Companhia é composto pelo presidente do Conselho de Administração, pelo presidente Executivo e pelos diretores das áreas: Comercial, Logística e Administrativo-Financeira e Planejamento. Para o exercício de doze meses findo em 31 de março de 2016, a remuneração do pessoal-chave da administração, totalizou R$ 8.994 (R$ 10.142 para o exercício de doze meses findo em 31 de março de 2015), e inclui salários, remuneração de curto e longo prazo, benefícios de curto e longo prazo e pós-emprego. A remuneração do pessoal-chave da Administração compreende:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Benefícios de empregados de curto prazo	7.780	8.103	7.780	8.103
Benefícios de pós-emprego	1.214	957	1.214	957
Remuneração variável longo prazo (a)	–	1.082	–	1.082
Total	**8.994**	**10.142**	**8.994**	**10.142**

(a) O montante destacado como benefício de longo prazo refere-se a pagamento de bônus aos colaboradores elegíveis vinculado ao atingimento de metas estratégicas para cada triênio validadas com o Conselho de Administração. Esses valores estão provisionados e serão pagos conforme atingimento das metas no exercício.

Outros saldos com partes relacionadas	Nota	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Controladora 2016	Controladora 2015
Ativo circulante					
Contas a Receber					
Cooperativa		18.528	1.482	17.979	1.482
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais		–	–	11.600	20.610
Copersucar Trading A.V.V.		–	–	15.204	374.916
Alvean Sugar Intermediação e Agenciamento Ltda.		163	147	163	147
Alvean Sugar S.L.		8.784	25.409	79	–
Total	**7**	**27.475**	**27.038**	**45.025**	**397.155**
Dividendos a receber					
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais		–	–	8.387	2.881
Total		**–**	**–**	**8.387**	**2.881**
Adiantamentos a fornecedores					
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais		–	–	2	2
Cooperativa		213.758	1.485.073	–	–
Total	**10**	**213.758**	**1.485.073**	**2**	**2**
Ativo não circulante					
Empréstimos cedidos e outros					
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais		–	–	162	84.544
Copersucar Armazéns Gerais S.A.		–	–	270	250
Sugar Express Transportes S.A.		–	–	13.237	10.215
Total		**–**	**–**	**13.669**	**95.009**
Passivo circulante					
Fornecedores					
Cooperativa		964.176	2.081.170	964.176	2.081.173
Copersucar Trading A.V.V.		–	–	–	50.055
Alvean Sugar S.L.		3.566	–	–	–
Total	**17**	**967.742**	**2.081.170**	**964.176**	**2.131.228**
Adiantamento de clientes					
Alvean Sugar S.L.	**20**	873.163	1.220.788	–	–

Outras operações com partes relacionadas

	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Controladora 2016	Controladora 2015
Valor da transação do exercício				
Venda de Produtos				
Copersucar Trading A.V.V.	–	–	51.509	279.369
Alvean Sugar S.L.	3.155.226	1.337.802	23.343	–
Total	**3.155.226**	**1.337.802**	**74.852**	**279.369**
Venda de Serviços				
Cooperativa	6.830	11.183	–	–
Alvean Sugar Intermediação e Agenciamento Ltda.	1.871	970	1.871	970
Alvean Sugar S.L.	143.028	57.582	8.166	–
Total	**151.729**	**69.735**	**10.037**	**970**
Aquisição de Produtos				
Copersucar Trading A.V.V.	–	–	(41.659)	–
Cooperativa	(10.817.949)	(10.104.025)	(7.602.321)	(7.177.352)
Alvean Sugar S.L.	(1.787.793)	(605.889)	–	–
Total	**(12.605.742)**	(10.709.914)	**(7.643.980)**	**(7.177.352)**
Aquisição de Serviços				
Copersucar Armazéns Gerais S.A.	–	–	(4.220)	(2.776)
Total	**–**	**–**	**(4.220)**	**(2.776)**
Financeiro - Juros				
Copersucar Armazéns Gerais S.A.	–	–	–	(283)
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	–	–	(5.997)	(13.761)
Sugar Express Transportes S.A.	–	–	(1.615)	(4.300)
Total	**–**	**–**	**(7.612)**	**(18.344)**

Operações com partes relacionadas são transações realizadas entre a Controladora e suas subsidiárias diretas e indiretas ou demais partes relacionadas (Cooperativa) e referem-se basicamente a: • **Venda/Aquisição de bens e serviços -** Operações de compras e vendas de produtos (açúcar e etanol) e serviços portuários, comercializados conforme contrato firmado entre as partes, em condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, riscos envolvidos e políticas corporativas. • **Valores ativos -** (a) Adiantamentos efetuados para aquisição de produtos e serviços, (b) Contratos de mútuos com subsidiárias ou acionistas diretos ou indiretos com taxa de juros praticadas pela Companhia semelhantes às captações destes recursos e (c) Aluguel de propriedades. • **Valores passivos -** (a) Adiantamentos recebidos para fornecimento de produtos e serviços e (b) Contratos de mútuos com subsidiárias ou acionistas diretos ou indiretos com taxa de juros praticadas pela Companhia semelhantes às captações destes recursos. ***Contrato de fornecimento com a Cooperativa:*** A Companhia possui contrato de exclusividade, assegurando direta ou indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas para aquisição de açúcar e etanol junto à Cooperativa, pelo prazo de três anos, sendo renovado a cada exercício/safra. As quantidades a serem entregues são firmadas mensalmente para um volume que contempla um cenário de seis meses subsequentes, de forma que a partir desse momento a Cooperativa passa a ter responsabilidade pela entrega ou mesmo pelas eventuais quantidades não entregues, se excedido o limite de quebra contratado. A garantia de fornecimento dos produtos está vinculada à manutenção do contrato junto à Cooperativa.O contrato garante, ainda, acesso a determinadas instalações essenciais para a condução dos negócios da Companhia, tais como aquelas destinadas ao armazenamento de etanol e açúcar provenientes da Cooperativa e das usinas associadas. Os preços praticados nesse contrato estão relacionados ao índice CEPEA/ESALQ. Os faturamentos e pagamentos relativos aos produtos adquiridos ocorrem por meio de índice baseado no CEPEA/ESALQ estimado do próprio mês e no fechamento do exercício/safra é efetuada a liquidação financeira das diferenças apuradas entre esses faturamentos e o índice efetivo do CEPEA/ESALQ. Os valores dos ajustes apurados no exercício/safra foram registrados no custo das mercadorias vendidas. O contrato possui como intervenientes garantidores das operações de venda de açúcar e etanol as usinas associadas à Cooperativa. ***Contrato de fornecimento de açúcar para Alvean Sugar SL:*** A Companhia possui um contrato de fornecimento de açúcar através da sua subsidiária Copersucar Trading AVV com a Alvean Sugar SL com vigência a partir de outubro de 2014 sem prazo determinado de encerramento. O contrato visa a garantia do fornecimento do açúcar da Copersucar Trading AVV à Alvean Sugar SL, onde as partes acordaram que Copersucar Trading AVV se compromete a vender exclusivamente à Alvean, e a mesma se compromete a comprar 100% da quota de produção em cada ano-safra. Os preços praticados nesse contrato estão relacionados ao índice CEPEA/ESALQ (equivalentes em dólares) mais prêmios conforme estabelecidos em contrato. ***Garantias ou avais e fianças recebidas de partes relacionadas:*** Os empréstimos e financiamentos abaixo são avalizados pela parte relacionada Cooperativa:

Tomadora	Modalidade de financiamento	Vencimento	2016	
Copersucar S.A.	Resolução 4.131 (em US$)	2016	1.063.723	(a)
Copersucar S.A.	Resolução 4.131 (em US$)	2017	864.428	(a)
Copersucar Trading AVV	Pré-pagamento de exportação (em US$)	2017	178.491	(a)
Copersucar North América	Capital de Giro (em US$)	2016	55.526	(a)
Copersucar North América	Capital de Giro (em US$)	2020	634.427	(a)
Copersucar S.A.	Certificado de Recebíveis de Agronegócio	2016	1.153	(a)
Copersucar S.A.	Certificado de Recebíveis de Agronegócio	2018	300.000	(a)
Copersucar S.A.	NCE (em BRL)	2016	110.992	(a)
Copersucar S.A.	NCE (em BRL)	2018	90.000	(a)
Copersucar S.A.	NCE (em BRL)	2019	90.000	(a)
Copersucar S.A.	NCE (em BRL)	2020	90.000	(a)
Copersucar S.A.	NCE (em BRL)	2021	90.000	(a)
Copersucar S.A.	NCE (em BRL)	2022	90.000	(a)
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINAME (em BRL)	2016	820	(a)
			3.659.560	

(a) Empréstimos e financiamentos avalizados.

Os empréstimos e financiamentos abaixo são avalizados pela parte relacionada Copersucar S/A:

Tomadora	Modalidade de financiamento	Vencimento	2016	
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2016	10.468	(a)
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2017	13.370	(a)
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2018	13.370	(a)
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2019	13.370	(a)
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2020	13.370	(a)
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2021	13.370	(a)
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2022	13.370	(a)
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2023	5.192	(a)
Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais	BNDES - FINEM (em BRL)	2024	1.298	(a)
			97.178	

(a) Empréstimos e financiamentos avalizados e alienação fiduciária.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social integralizado da Companhia é de R$ 180.300.590 (cento e oitenta milhões, trezentos mil e quinhentos e noventa reais) em 31 de março de 2016 e 2015, representado por 1.234.834.520 (um bilhão e duzentos e trinta e quatro milhões e oitocentos e trinta e quatro mil e quinhentos e vinte) ações, sendo 1.234.834.483 (um bilhão e duzentos e trinta e quatro milhões e oitocentos e trinta e quatro mil e quatrocentos e oitenta e três) ações ordinárias e 37 (trinta e sete) preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R$ 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais). ***Reserva legal:*** É constituída à razão de 5% do lucro líquido ajustado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Ajuste de avaliação patrimonial:** A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui: • ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição; • ajuste acumulado de conversão reflexa referente às diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior; • ajuste de hedge accounting de investimento no exterior conforme descrito na Nota 22 (item ii a); e • ajuste de hedge de fluxo de caixa conforme descrito na Nota 22 (item ii b). Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, por meio da depreciação dos ativos a que elas se referem.

Proposta de destinação do resultado do exercício de 2016

Lucro líquido do exercício atribuído aos controladores	**32.439**
- Reserva legal (5%)	(1.622)
- Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	(308)
- Reserva de lucro	(31.325)
Resumo das destinações	
- Dividendos	308
- Reservas	32.131
Total	**32.439**

26. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

De acordo com o IAS 33/CPC 31 - "Lucro por ação", a tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício do Consolidado e da Controladora com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Controladora 2016	Controladora 2015
Lucro/(Prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Companhia (a)	45.131	(10.911)	32.439	(8.411)
Média ponderada de ações em circulação (b)	1.234.835	1.234.835	1.234.835	1.234.835
Lucro/Prejuízo diluídos por ação ordinária (a)/(b)	0,04	(0,01)	0,03	(0,01)

27. RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Controladora 2016	Controladora 2015
Vendas de produtos				
Açúcar	7.155.973	5.838.870	1.800.156	1.582.310
Etanol	18.487.147	14.543.773	5.949.793	4.362.822
Gasolina	42.181	74.502	–	–
Milho	(7.060)	(3.573)	–	–
RIN_LCFS (registro de combustível renovável)	273.477	83.854	–	–
Instrumento financeiro derivativo realizado	20.655	336.951	1.307	(130)
Prestação de serviços	351.633	111.425	150.422	39.734
Total	**26.324.006**	**20.985.802**	**7.901.678**	**5.984.736**

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Controladora 2016	Controladora 2015
Receita bruta fiscal	27.381.037	21.511.844	8.966.727	6.840.727
Menos:				
Impostos sobre vendas	(1.039.100)	(846.712)	(1.039.072)	(846.699)
Impostos sobre serviços	(24.891)	(11.220)	(13.590)	(4.101)
Devoluções/abatimentos	(13.695)	(5.061)	(13.694)	(5.061)
	26.303.351	**20.648.851**	**7.900.371**	**5.984.866**
Instrumento financeiro derivativo realizado	20.655	336.951	1.307	(130)
Total	**26.324.006**	**20.985.802**	**7.901.678**	**5.984.736**

28. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Controladora 2016	Controladora 2015
Receitas financeiras				
Juros ativos	50.323	46.321	54.946	52.857
Variação cambial ativa	1.459.179	844.353	427.311	43.626
Operações com derivativo ativo	635.292	638.566	323.741	302.154
Variação cambial de investimento ativo	–	41.357	–	41.407
Outras receitas financeiras	609	21	74	–
	2.145.403	1.570.618	806.072	440.044
Despesas financeiras				
Juros passivos	(249.077)	(208.258)	(199.202)	(151.315)
Variação cambial passiva	(1.711.836)	(1.769.052)	(580.858)	(341.215)
Operações com derivativo passiva	(583.269)	(264.407)	(240.067)	(41.689)
Variação cambial de investimento passivo	–	(4.013)	–	(4.013)
Outras despesas financeiras	(18.356)	(15.690)	(13.231)	(11.840)
	(2.562.538)	(2.261.420)	(1.033.358)	(550.072)
Total do resultado financeiro líquido	**(417.135)**	**(690.802)**	**(227.286)**	**(110.028)**

Parte substancial dos valores apresentados nas rubricas de Variação cambial ativa e passiva estão correlacionadas às políticas de "hedge" da Companhia e suas respectivas contrapartidas protegidas estão apresentadas em Receita líquida de vendas e Custo das Vendas seguindo as políticas contábeis vigentes.

29. DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Controladora 2016	Controladora 2015
Custo dos produtos, exceto fretes, transbordo e armazenagem	(25.133.327)	(20.073.931)	(7.425.678)	(5.897.173)
Mudança no valor justo dos estoques	387.273	(259.213)	194.921	(24.477)
Depreciação e amortização	(42.937)	(32.695)	(11.959)	(9.010)
Despesas com pessoal	(164.451)	(176.263)	(66.187)	(68.210)
Fretes, transbordo, armazenagem e despesas com embarque	(92.241)	(157.480)	(16.040)	(23.350)
Outras despesas	(130.780)	(135.458)	(45.690)	(42.341)
Total	**(25.176.463)**	**(20.835.040)**	**(7.370.633)**	**(6.064.561)**
Classificado como:				
Custo das vendas	(24.836.635)	(20.452.761)	(7.230.754)	(5.921.650)
- Administrativas	(216.968)	(186.566)	(98.219)	(88.494)
- Vendas	(122.860)	(195.713)	(41.660)	(54.417)
Total	**(25.176.463)**	**(20.835.040)**	**(7.370.633)**	**(6.064.561)**

30. DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Controladora 2016	Controladora 2015
Lucro/(Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	131.418	(104.417)	87.332	(107.881)
Resultado atribuível aos acionistas não controladores	(12.692)	2.500	–	–
Lucro/(Prejuízo) contábil ajustado	**118.726**	**(101.917)**	**87.332**	**(107.881)**
Resultado de equivalência patrimonial	67.461	(22.276)	13.487	14.269
Variação cambial de empresa no exterior	–	(37.344)	–	(37.394)
Resultado de empresa sediada no exterior	213.262	(38.606)	217.759	(85.550)
Lucro/(Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	**399.449**	**(200.143)**	**318.578**	**(216.556)**
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal combinada	(135.812)	68.049	(108.317)	73.629
Adições/exclusões permanentes:				
Ajuste de preços de transferência	–	(19)	–	(19)
Multas	(53)	(169)	(51)	(164)
Doações/Patrocínio	(296)	(4.356)	(296)	(4.355)
Variação em participação	3.700	7.490	3.700	7.490
Outras	(2.135)	(458)	(56)	(13)
Diferencial de alíquota Copersucar North América	(1.947)	123	–	–
Lucro no exterior	(15.902)	(47.163)	(15.902)	(47.163)
Diferido exercício anterior	221	(18.974)	212	(18.974)
Diferido sobre resultado da Copersucar Trading e Copersucar North América	75.613	95.953	75.613	95.953
Remuneração longo prazo	(10.187)	(7.133)	(10.060)	(7.001)
Deduções do IRPJ - PAT e Patrocínio	511	163	264	87
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(145.998)	44.716	(114.604)	50.680
Imposto de renda e contribuição social sobre lucros no exterior	59.711	48.790	59.711	48.790
Alíquota efetiva	**22%**	**47%**	**17%**	**46%**
Impostos correntes	**(32.746)**	**(24.636)**	**(46.154)**	**(3.014)**
Impostos diferidos	**(53.541)**	**118.142**	**(8.739)**	**102.484**
Total	**(86.287)**	**93.506**	**(54.893)**	**99.470**

A Lei 12.973, publicada em 13 de maio de 2014, introduziu alterações relevantes às regras tributárias federais. Os dispositivos da referida Lei entraram em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014. A Companhia não optou pela aplicação antecipada da Lei. Portanto, em janeiro de 2015 foram efetuados ajustes para adequação às novas regras na contabilidade e no cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social. Dentre tais ajustes, destaca-se a baixa do saldo de diferença de taxa de depreciação fiscal em relação a vida útil econômica no LALUR da Copersucar S.A. e da Copersucar Armazéns Gerais S.A.

31. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia concede alguns benefícios a seus funcionários. Dentre esses benefícios, os discriminados abaixo foram avaliados por meio de cálculo atuarial. **Assistência médica:** A Companhia disponibiliza como parte de seus benefícios um plano de assistência médica, onde desde 01/07/2011 não há contribuição mensal dos funcionários nessa mensalidade. De acordo com a Lei 9.656/98, é previsto, que em caso de aposentadoria, demissão sem justa causa ou exoneração, o plano de assistência médica seja mantido nas mesmas condições vigentes que para os funcionários ativos, desde que o funcionário tenha se enquadrado em uma das três condições mencionadas abaixo e assumam o pagamento integral de sua mensalidade. Para isso, são garantidos os seguintes prazos de manutenção dos planos: ***Demitidos sem justa causa ou exonerados:*** O tempo de permanência garantido será 1/3 do tempo que contribuiu para o Plano de Saúde, assegurado um exercício mínimo de 6 meses e um máximo de 24 meses. ***Aposentados:*** **• Para funcionários com vínculo igual ou superior a 10 anos e idade igual ou superior a 45 anos em 01/07/2011:** é assegurado o direito de manutenção como beneficiário no Plano nas mesmas condições de cobertura que gozava quando na vigência do contrato de trabalho, sem nova contagem de carência, pelo tempo que desejar. **• Para funcionários com vínculo de menos de 10 anos:** é assegurado o direito de manutenção como beneficiário nas mesmas condições de cobertura que gozava quando na vigência do contrato de trabalho, sem nova contagem de carência, à razão de 1 (um) ano para cada ano de contribuição. Tendo em vista que o custeio do plano é obtido considerando os empregados ativos e os aposentados, a Companhia realizou uma avaliação atuarial com o objetivo de avaliar a existência de passivos. Os cálculos foram realizados por empresa terceirizada especializada do mercado e não foram observados impactos relevantes. ***Premissas utilizadas para os cálculos:*** *Premissas financeiras e econômicas*

	2016	2015
Fator de capacidade de benefícios	100%	100%
Taxa esperada de inflação de longo prazo	6,1%	6,1%
Taxa nominal de desconto atuarial	13,1%	13,1%
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos no longo prazo	0,00%	0,00%
Taxa nominal de crescimento dos custos médicos - Inflação médica	8,2% (1)	8,2% (1)
Taxa de crescimentos dos custos médicos por faixa etária - *Aging fator*	2,00% (1)	2,00% (1)
Premissas biométricas		
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (2)	AT-2000 (2)
Tábua de rotatividade - (término de vínculo empregatício)	Vide nota (3)	Vide nota (3)
Entrada em aposentadoria	100% elegibilidade	100% elegibilidade

(1) Estimativa de aumento de contribuições subsidiadas pelos atuais participantes ativos do Plano; (2) Tábua de mortalidade geral diferenciada por sexo; (3) Taxa de rotatividade inversamente proporcional ao tempo de serviço prestado à Companhia: 15 / TS + 1. Não foram apurados efeitos sobre a variação da taxa de crescimento dos custos com Planos de Saúde no exercício. Sumário dos dados cadastrais dos participantes:

	2016	2015
Ativos		
Frequência	195	194
Idade média (anos)	41	41
Tempo de plano (anos)	4,8	3,8
Tempo de serviço futuro (anos)	12,0	12,0

Estatísticas de frequência, idade, tempo de serviço, tempo de serviço futuro e expectativa de sobrevida referem-se aos empregados da Companhia. Estatísticas de custo consideram o grupo familiar hipotético formado pelo titular e cônjuge, a esposa é considerada 2 anos mais jovem. *Seguro de vida:* Para os empregados incluídos neste benefício até 2005, a Companhia garantia na aposentadoria do empregado o pagamento do prêmio do seguro de forma vitalícia, gerando com isso um benefício pós-emprego. Para os empregados admitidos após este período o benefício é custeado pela Companhia durante o período em que os empregados permanecem ativos, e são considerados como despesa, não incorrendo em riscos atuariais. A Companhia também submeteu esse benefício a uma avaliação atuarial e não efetuou nenhum ajuste, pois os valores não foram considerados relevantes. *Premissas utilizadas para os cálculos:*

Premissas financeiras e econômicas:	2016	2015
Fator de capacidade de benefícios	100%	100%
Taxa esperada de inflação de longo prazo	6,1%	6,1%
Taxa nominal de desconto atuarial	13,1%	13,1%
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos no longo prazo	0,00%	0,00%
Premissas biométricas		
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (1)	AT-2000 (1)

(1) Estimativa de aumento de contribuições subsidiadas pelos atuais participantes ativos do Plano.

Sumário dos dados cadastrais dos participantes:	2016	2015
Assistidos em gozo de benefício		
Frequência	1	2
Idade média	55	54
Expectativa de sobrevida	15,0	16,0
Benefício médio mensal	69,10	96,77

(1) Refere-se ao benefício de pagamento de prêmios de seguro de vida, conforme contrato firmado com seguradora, atualmente mantido com taxa de 0,00863 sobre a remuneração mensal do participante assistido. **Outros benefícios de curto e longo prazo:** Com base em seu programa de benefícios, a Companhia provisionou bônus com vencimento no prazo de um ano, para os seguintes profissionais:

	2016	2015
Pessoal-chave	12.242	20.804
Outros executivos	3.060	5.201
	15.302	26.005

32. ARRENDAMENTOS MERCANTIS OPERACIONAIS

Arrendamentos como arrendatário: Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão pagos da seguinte forma:

	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Controladora 2016	Controladora 2015
Até um ano	80.182	75.409	4.343	5.243
Acima de um ano - Até cinco anos	169.393	160.521	18.241	10.509
Mais de cinco anos	156.720	140.030	–	–
Total	**406.295**	**375.960**	**22.584**	**15.752**

A Companhia reconheceu os seguintes valores como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional:

	2016	2015
Despesa com arrendamento mercantil operacional	70.220	44.322

A Companhia é arrendatária de uma área localizada no Porto de Santos de aproximadamente 50.392 metros quadrados, onde suas instalações estão edificadas. O prazo de vigência do contrato é de 20 anos, a partir de 07 de março de 1996 e em 27 de junho de 2011 foi renovado para mais 20 anos a partir de 07 de março de 2016. As principais cláusulas restritivas do contrato de arrendamento mercantil são: • Desvio do objeto contratual pelo arrendatário; • Dissolução do arrendatário; • Subarrendamento; • Transferência do arrendamento, sem prévia autorização pela Codesp; • Cessação de mais de 3 (três) pagamentos mensais pelo arrendatário; • Interrupção da execução do contrato sem causa justificada; • Operações portuárias realizadas com infringência das normas legais e regulamentos aplicáveis; e • Descumprimentos de decisões judiciais. Todas as cláusulas restritivas do contrato de arrendamento operacional vêm sendo plenamente atendidas pela Companhia. Através de sua controlada indireta Eco-Energy, a Companhia é arrendatária de equipamentos para armazenagem e movimentação de etanol e gasolina (carros-tanques, caminhões, vagões ferroviários, tanques e equipamentos para transbordo), equipamentos para escritório e aluga também um imóvel na cidade de Franklin-TN-EUA com finalidade administrativa. ***Arrendamentos como arrendador:*** A Controladora arrenda suas propriedades para investimento mantidas sob arrendamentos operacionais (ver nota explicativa 14) para uma parte relacionada, a Copersucar Armazéns Gerais. Através de sua controlada indireta Eco-Energy, a Companhia efetua sublocação de carros-tanques. Os pagamentos mínimos futuros sob arrendamentos não canceláveis são os seguintes:

	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Controladora 2016	Controladora 2015
Até um ano	50.110	42.839	3.641	3.518
Acima de um ano - Até cinco anos	84.971	67.382	10.191	8.793
Mais de cinco anos	13.601	29.834	–	–
Total	**148.682**	**140.055**	**13.832**	**12.311**

Durante o exercício findo em 31 de março de 2016, o montante de R$ 68.920 foi reconhecido como receita de aluguel no resultado da Companhia.

	2016	2015
Receita com arrendamento mercantil operacional	68.920	37.790

33. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de março de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais da Companhia era composta por R$ 827.440 para seguro patrimonial, e R$ 50.000 para responsabilidade civil da controladora (R$ 744.155 para seguro patrimonial, e R$ 50.000 para responsabilidade civil da controladora em 31 de março de 2015).

34. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento do BRGAAP aplicável às Companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado consolidada e individual. Essa demonstração, fundamentada em conceitos macroeconômicos, busca apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

35. EVENTOS SUSEQUENTES

Em 04 de abril de 2016, a Companhia celebrou contrato de compra da totalidade das ações da Copersucar S.A. detidas pela Usina Batatais S.A. - Açúcar e Álcool.

Conforme contrato firmado em 2012, a Copersucar North America exerceu a opção de compra de ações de acionistas minoritários da Eco-Energy, resultando a alteração na participação acionária que passou de 76,67% para 88,83% em abril de 2016.

continua

continuação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Luis Roberto Pogetti

Conselheiros

Antonio Eduardo Tonielo
Antonio José Zillo
Carlos Dinucci
Carlos Ubiratan Garms
Clésio Antonio Balbo
Geraldo José Carbone
Luiz Roberto Kaysel Cruz
José Luciano Duarte Penido
Norberto Bellodi
Sandro Henrique Sarria Cabrera

DIRETORIA

Paulo Roberto de Souza
Diretor Presidente

Júlio Alvarez Boada
Diretor de Planejamento

José Augusto Durand
Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores

CONSELHO FISCAL

Efetivos
Otávio Pilon Filho
Moisés dos Santos Barbosa
Nilton José Andreotti Filho

Suplentes
Leandro José dos Santos
Sérgio Roberto Nicoletti
Eduardo Lambiasi

CONTADORA

Vanessa Siqueira Samejima
CRC 1SP 238.292/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL - 18 DE MAIO DE 2016

O Conselho Fiscal no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração das Mutações de Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, relativos ao exercício encerrado em 31 de março de 2016. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o Parecer dos Auditores da KPMG Auditores Independentes, de 18 de maio de 2016, os Senhores Conselheiros opinaram favoravelmente a respeito dos supracitados documentos, informando que os mesmos se encontram em condições de serem votados e aprovados pelos Srs. Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Otávio Pilon Filho
Conselheiro

Moisés dos Santos Barbosa
Conselheiro

Nilton José Andreotti Filho
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros da
Copersucar S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Copersucar S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Copersucar S.A. em 31 de março de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 18 de maio de 2016

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2